

Acção **Socialista**

Nº 1208 - 19 Novembro 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



PS MOBILIZA-SE PARA CONVENÇÃO EUROPEIA

Depois de um conjunto importante de iniciativas para discutir as questões relacionadas com o futuro da Europa, o PS marcou na última reunião da Comissão Nacional uma "Convenção Europeia" que será o ponto de viragem da estratégia do partido para as eleições ao Parlamento Europeu, que se realizam a 13 de Junho de 2004. Com os processos em curso de aprovação de uma Constituição e da adesão de dez países, a União Europeia vive actualmente um dos maiores desafios desde a sua criação, em 1957. Fiel à sua tradição europeísta e consciente das suas responsabilidades, o PS está a preparar o seu contributo para estar à altura deste momento histórico, não só através da apresentação de propostas para melhorar a futura Constituição e reactivar a "Estratégia de Lisboa", como também para adaptar a Assembleia da República ao ritmo da União Europeia, de forma a que as posições portuguesas sobre temas europeus possam chegar a Bruxelas em tempo útil.

3



SAÚDE

Cortes orçamentais não poupam urgências pediátricas

5

ORÇAMENTO DE ESTADO

PS aposta na qualificação dos portugueses

7

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo quer vender gato por lebre

12

ENTREVISTA

Carlos Luís: comunidades abandonadas à sua sorte

11

PARE, AGORA!

[ver última página]

UMA CONVENÇÃO PARA O FUTURO EUROPEU DE PORTUGAL

1. Os próximos 12 meses vão ser marcantes para o futuro da Europa e de Portugal.

A conferência intergovernamental (CIG) em curso concluirá a sua apreciação do projecto constitucional elaborado pela Convenção sobre o Futuro da Europa, em princípio, até 12-13 de Dezembro. Cumprindo-se com sucesso este difícil objectivo, um novo Tratado de Roma – agora um assumido "tratado constitucional" – poderá ser rubricado nas semanas seguintes.

Em 1 de Maio ingressarão na União Europeia, após a realização de referendos em praticamente todos eles, dez novos países: Lituânia, Letónia, Estónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Malta e Chipre. Cada um destes países irá ter o seu comissário. Em 9 de Maio, Dia da Europa, a assinatura solene do tratado constitucional poderá assim contar já com a participação dos novos membros, abrindo-se então o período em que se desenrolarão os processos de ratificação, por via parlamentar ou popular, nos vários Estados-membros.

Em 13 de Junho terão lugar, pela primeira vez, eleições europeias em 25 países. É uma consulta democrática duma dimensão e dum significado novos, à escala da Europa e do mundo. Vários países europeus, entre os quais Espanha – que não tem dificuldades de natureza constitucional – procedem a referendos sobre a Constituição da União Europeia.

Por último, daqui a um ano terá já iniciado o seu mandato uma nova Comissão com 25 membros, formada pela primeira vez segundo a regra de ouro acordada em Nice: um comissário por país, com igualdade de estatuto. Embora não esteja ainda em vigor o novo tratado constitucional, o seu espírito marcará já o processo que conduzirá à nova Comissão. A indignação do respectivo presidente deverá pois vir a fazer-se, assumidamente, "tendo em conta os resultados eleitorais" para o Parlamento Europeu, com as consequências naturais desse requisito – que podem vir a representar um factor de interesse renovado para a participação dos cidadãos.

2. O PS é, pela sua história e pelo seu presente, o partido português da responsabilidade europeia – não apenas um "partido português" na Europa e menos ainda apenas um "partido europeu" em Portugal.

Face ao calendário com que estamos confrontados e aos desafios de fundo que nos esperam, a decisão de convocar uma convenção sobre a temática europeia, saída da última Comissão Nacional, decorre da assunção dessa responsabilidade.

Estão em causa, obviamente, as questões institucionais, decisivas no médio e longo prazo para a configuração e desempenho do "sistema Europa" e para a interacção dele com o "sistema Portugal". Neste último caso, Parlamento-Governo Administração Pública-Tribunais (para não falar da vertente sociedade), vão precisar todos de mudanças sérias no sentido, não só de responder em prazo aos impulsos e oportunidades europeias, como de projectar em tempo útil os nossos pontos de vista no sistema europeu de decisão. Uma "reforma europeia" da Assembleia da República vai ser necessária para assegurar a democraticidade dos próprios actos da União.

Mas estão também em causa outras questões fundamentais, como as ligadas às políticas de promoção da coesão económica, social e territorial – sem as quais o acréscimo de integração política só acentuará as falhas do mercado, deixando sem conteúdo as promessas de solidariedade. A "agenda de Lisboa", a que o Governo

socialista de António Guterres nos deixou prestigosamente ligados, deve ser aprofundada e responsabilmente relançada, de novo a partir de Portugal e do PS. Pleno emprego, modernização e responsabilidade social, qualificação, conhecimento e inovação continuam a ser referências incontornáveis para as reformas de que o modelo europeu necessita. Só nós podemos reuni-las.

Reactivar o processo de Lisboa e colocar a coesão económica, social e territorial no centro dum contrato europeu em renegociação são exigências a que uma convenção socialista sobre o futuro europeu de Portugal deve responder.

3. Entretanto, estando a decorrer a CIG, importa que sejam, por estas semanas, asseguradas – como o foram em Nice, mas agora num novo quadro – condições institucionais que preservem um equilíbrio democrático no interior da União e termos justos e adequados para a participação de países com as condições de Portugal.

Se o projecto saído da Convenção é reconhecidamente uma boa base, torna-se indispensável introduzir algumas alterações, em particular na área institucional. Entre essas alterações destacam-se:

- i) Eleição do presidente do Conselho Europeu por consenso. Não faz sentido que um órgão que toma as suas decisões mais importantes, em regra, por unanimidade, eleja o seu presidente por maioria qualificada. É preciso salvaguardar um nível mínimo de igualdade na influência dos Estados nessa eleição.
- ii) Estatuto de igualdade entre todos os membros da Comissão, respeitando-se a regra um comissário por país. A actual solução, criando comissários de primeira e de segunda, prestará um mau serviço à coesão europeia.
- iii) Presidência rotativa em todos os Conselhos de Ministros, em condições iguais (terminando assim a incongruência de um membro da Comissão presidir a um Conselho de Ministros).
- iv) Autonomização do Conselho legislativo, a funcionar em condições de publicidade e a deliberar segundo o princípio um Estado um voto. Não pode ser admitida a acentuação da proporcionalidade em função da população no Parlamento Europeu (que se encontra prevista) sem que na outra câmara que intervém no processo legislativo se consagre o princípio da igualdade dos Estados nas deliberações.
- v) Redefinição da regra da maioria qualificada, por forma que a população não tenha nela o peso exagerado que tem (em vez dos actuais 50 por cento dos Estados e 60 por cento da população, seria mais equilibrado 50 por cento-50 por cento).

Cabe ao Governo a responsabilidade de encontrar no âmbito da CIG as soluções que assegurem tais objectivos. Cabe ao PS apoiá-lo nos esforços que faça nesse sentido – mas igualmente ser rigoroso na avaliação dos resultados que forem efectivamente alcançados. Está em causa uma responsabilidade perante Portugal e uma responsabilidade perante a Europa.

Uma convenção europeia agendada para o final de Fevereiro será também, na hipótese de se cumprir o actual calendário da CIG, um momento privilegiado para se fazer essa avaliação.

Preparar as eleições europeias será, assim, preparar também o futuro europeu de Portugal.



ALBERTO COSTA

CABECINHA PENSADORA

ANTOONIO COLAÇO

ZÉ MANEL, ESTÁS DE PÉ?!

O QUE É QUE TENS PARA ME DIZER, MANELA?!

FALTAM-NOS MAIS DE 2,2 MIL MILHÕES NO ORÇAMENTO?!

Ó MINHA NOSSA SENHORA!!! E AGORA, COMO É?!

ENTÃO, PARA QUE É QUE QUERES ESSA CABECINHA PENSADORA?!



COMISSÃO NACIONAL

CONVENÇÃO EUROPEIA AGENDADA PARA FEVEREIRO

O Partido Socialista vai realizar em 28 de Fevereiro de 2004 uma Convenção Europeia que tem como principal objectivo preparar as eleições para o Parlamento Europeu, marcadas para 13 de Junho. A lista de candidatos do PS ao Parlamento Europeu será aprovada na primeira reunião da Comissão Política Nacional, após a realização da Convenção.

A decisão foi tomada na última reunião da Comissão Nacional e insere-se num conjunto de outras actividades que vão marcar a acção externa do partido.

Nos últimos meses foram realizadas diversas reuniões públicas e privadas com deputados nacionais e ao Parlamento Europeu, bem como com personalidades independentes, para discutir a futura Constituição europeia, e permitir a adopção de uma posição sobre as questões institucionais, designadamente sobre a composição da Comissão, a ponderação de votos no Conselho de Ministros e a presidência da União.

Já no próximo dia 5 de Dezembro, será realizado na Assembleia da República mais uma iniciativa do Partido Socialista

para analisar o projecto de Constituição europeia.

A discussão será introduzida pelo comissário António Vitorino e é destinada aos membros do Secretariado Nacional do PS, deputados europeus e nacionais e aos membros do Gabinete de Estudos. Para o Partido Socialista há um conjunto de questões que são fundamentais abordar na perspectiva das suas responsabilidades históricas em matérias europeias. Desde logo, as implicações para o funcionamento institucional da União Europeia decorrentes da nova Constituição, cujos trabalhos, em princípio, ficarão concluídos na Cimeira de 12-13 de Dezembro, em Itália. Há também a necessidade de fazer uma "reforma europeia" da Assembleia da República, de forma a que as posições portuguesas sobre os temas europeus possam ser projectadas em tempo útil. Importa ainda reactivar a "Estratégia de Lisboa" e relançá-la a partir de Portugal, na medida em que o pleno emprego, a responsabilidade social, a qualificação e a sociedade de informação continuam a ser referências cada vez com mais



peso na estratégia europeia de desenvolvimento.

Por fim, mas igualmente importante, é preciso sublinhar que a União Europeia vive actualmente um momento de

viragem, na medida em que vai proceder ao maior alargamento da sua história e está já a preparar uma importante reforma dos fundos e do orçamento comunitário, factos que terão

a maior importância na vida de todos os Estados-membros.

Iniciativas e reforço da articulação interna

Além da marcação da Convenção, a Comissão Nacional ratificou o voto de solidariedade e de apoio à liderança de Ferro Rodrigues, aprovado na última reunião da Comissão Política e recomendou aos restantes órgãos de direcção do partido que "reforcem a sua articulação interna", através, nomeadamente, da realização de "reuniões regulares" do Secretariado Nacional com os presidentes das federações, bem como o envolvimento de "forma mais intensa" dos membros da Comissão Política na vida quotidiana do partido.

Por outro lado, nos termos da moção aprovada, o Gabinete de Estudos deve intensificar "as iniciativas externas de forma a consolidar e dar maior visibilidade" às alternativas que o PS pretende construir, particularmente em torno da reforma da Administração Pública e das políticas de saúde.

PS REFORÇADO E COESO NO COMBATE AO GOVERNO

A coesão interna em torno da liderança de Ferro Rodrigues, expressa nas votações, foi a nota dominante da última reunião da Comissão Nacional, amplamente participada, em que foi marcada uma convenção europeia e definidas como prioridades do PS a oposição às reformas da saúde e da Administração Pública.

Em conferência de imprensa no final da Comissão Nacional, Ferro Rodrigues reafirmou que o seu "combate fundamental é o da afirmação do PS como alternativa à governação de direita" que, conforme avisou, "iria conduzir à crise e ao desemprego".

O secretário-geral socialista salientou que "os partidos políticos não servem para a intriga interna" e que "o que o País quer do PS é respostas aos problemas de desemprego, da falta de expectativa em relação ao futuro e da crise económica". O PS, acrescentou, "conta comigo para esses desafios".

Ferro Rodrigues adiantou ainda que o PS se vai apresentar com listas próprias nas próximas eleições europeias. "A nossa coligação é com os portugueses, em especial com aqueles que, tendo votado no PSD ou no CDS, neste momento mostram todo o seu desagrado perante a situação gravíssima em que o País se encontra", disse.

"O meu combate é no sentido de, já nas próximas eleições europeias, o País mostrar o que pensa deste Governo, da coligação de direita que pelos vistos se vai apresentar em conjunto", acrescentou. Depois de referir que o PS sai da

Comissão Nacional "reforçado na coesão, unidade e espírito de luta", Ferro Rodrigues salientou que as votações mostraram de uma "forma esmagadoramente maioritária" que tem condições para continuar a ser líder do PS e que está determinado a virar o partido para fora, para o combate, nomeadamente apresentando propostas para melhorar "o Orçamento de Estado do desespero e da recessão" apresentado pelo Governo. Ao fim de sete horas de reunião da Comissão Nacional, amplamente participada, onde foram aprovados também importantes documentos para a vida interna do partido, como as alterações ao regulamento de quotização e uma proposta de alteração ao regulamento disciplinar do PS, Ferro Rodrigues fez uma intervenção em enalteceu "o modo elevado" como decorreu a reunião e afirmou-se "determinado e mobilizado" para liderar o combate do nosso partido contra o Governo.

Por isso, disse, o PS "vai colocar no topo da agenda política as responsabilidades do Governo na grave crise do País", definindo como prioridades as áreas da saúde e da Administração Pública. Na sua intervenção, Ferro Rodrigues defendeu que o PS vai procurar com a sua acção que no Orçamento de Estado para 2004 "o programa de investimento público não se afunde".

O líder do PS respondeu ainda às críticas mais contundentes que lhe foram feitas na Comissão Nacional, realçou a solidariedade política que lhe foi manifestada, expressa por larga maioria

nas votações realizadas, mas avisou que "não precisa de solidariedade com reserva política".

"O que está em causa é a solidariedade de hoje e futura com o secretário-geral", disse, recordando ainda que foi alvo de uma miserável campanha que teve honras de abrir cirurgicamente durante vários dias consecutivos a maioria dos telejornais.

Congresso extraordinário rejeitado por larga maioria

As duas propostas apresentadas na Comissão Nacional para a realização de um congresso extraordinário foram rejeitadas, por larga maioria, registando-se 13 votos a favor e seis abstenções.

As propostas foram apresentadas pelo dirigente do PS/Porto Barbosa Ribeiro e pelo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Fonseca Ferreira.

Entre as intervenções mais críticas à linha traçada pela direcção do PS, destacam-se as de Manuel Maria Carrilho e João Soares. O ex-ministro da Cultura do Governo de António Guterres disse que o PS, com a estratégia de Ferro Rodrigues, continuará "entrançado" e "cercado" pelo processo Casa Pia. Por sua vez, o ex-presidente da Câmara de Lisboa criticou também a estratégia da direcção do PS neste processo, avisando o secretário-geral que o seu "espaço de manobra é já reduzidíssimo".

J. C. CASTELO BRANCO

MENSAGEM DE MANUEL ALEGRE

APOIO A FERRO EM NOME DA AUTONOMIA E IDENTIDADE DO PS

Ausente por motivos de doença da reunião da Comissão Nacional, o camarada Manuel Alegre não quis deixar de participar enviando uma mensagem, na qual expressa o seu apoio a Ferro Rodrigues pedindo-lhe para não desistir, porque, entre outros motivos, quer que o PS "continue a ser um partido livre, autónomo e senhor do seu próprio destino".

"Um partido pode tornar-se historicamente desnecessário", começa por alertar Manuel Alegre na missiva, acrescentando: "Pode acontecer-nos a nós, se não formos capazes de compreender o que está em causa. E o que está em causa não é apenas a pessoa de Ferro Rodrigues, é a autonomia e a independência do PS. Autonomia e independência perante a concentração mediática, perante o poder económico e perante qualquer outro poder fáctico, seja ele qual for".

Sublinhando que "não é por acaso que o secretário-geral do PS é objecto de uma campanha como nunca se viu", Alegre encontra razões políticas para explicar o que está a acontecer ao PS que, a contragosto, se viu envolvido num processo judicial. Ou seja, "Ferro é suspeito de três coisas que os vários poderes fácticos não consentem. Em primeiro lugar, é suspeito de imprimir ao PS uma orientação clara e firme na prossecução de políticas sociais progressistas contra as soluções do neoliberalismo dominante. Em segundo lugar, é suspeito de recusar o bloco central, sobretudo o bloco central dos interesses. Em terceiro lugar, é suspeito de, em caso de o PS não obter maioria absoluta, estar disponível para negociar com outras forças de esquerda uma solução que permita governar com apoio parlamentar maioritário e estável". São estas as razões políticas que, segundo o deputado socialista, "explicam a formidável campanha dirigida contra o secretário-geral, pretendendo-se "dizer de fora ao PS o que o PS pode ou não pode ser, que secretário-geral pode ou não pode ter".

Os socialistas, defende Alegre na sua mensagem, "não podem admitir que poderes externos ponham em causa a sua liberdade de decisão", acrescentando que "se não fossem concedidas a Ferro Rodrigues condições inequívocas para ele continuar a exercer o seu cargo em plenitude, isso significaria que, a partir de então, só poderia ser líder do PS quem obtivesse o consentimento dos vários poderes dominantes". Por isso, sublinha, "o que está em jogo não é a permanência ou não de Ferro Rodrigues, é a própria natureza do PS, a sua autonomia, a sua independência e a sua própria identidade".

"É isso o que me leva a vir por este meio dizer à Comissão Nacional que estou com Ferro Rodrigues. Não apenas por solidariedade pessoal, nem só porque ele o merece. Mas porque quero que o PS, que também ajudei a fazer, continue a ser um partido livre, autónomo e senhor do seu próprio destino", afirma.

ENCONTRO AUTÁRQUICO DA AMADORA

GOVERNO MALTRATA PODER LOCAL

Ganhar com maioria absoluta as legislativas de 2006, foi o objectivo traçado para o PS por Ferro Rodrigues no encerramento do I Encontro Autárquico da Amadora, onde reafirmou que o partido irá concorrer sozinho às próximas eleições europeias e acusou o Governo de insensibilidade social e autoritarismo.

"O PS quer ganhar com maioria absoluta as próximas eleições legislativas para, pela primeira vez, poder governar de acordo com o seu programa", disse o líder socialista, sublinhando que não basta "o empate absoluto de 1999", em que o PS e a oposição tinham exactamente o mesmo número de votos. "Viu-se ao que levou esse empate absoluto", acrescentou. Frisando que "não há divergência no partido quanto à estratégia e de afirmação dos nossos valores", o secretário-geral afirmou que "o PS irá sozinho às eleições europeias, com os seus candidatos e os seus programas". Ferro Rodrigues criticou o facto de o PSD e CDS/PP se apresentarem coligados às próximas eleições europeias. "Vamos ver se indo juntos, os eleitores se somam ou se subtraem", disse recordando, a propósito, que o partido de Durão Barroso andou sempre a "reboque" do PS na questão europeia, enquanto o partido de Paulo Portas "sempre foi um feroz adversário da União Europeia". Quanto ao projecto comum de revisão constitucional apresentado pelo PSD e CDS/PP no Parlamento, o secretário-geral dos socialistas ironizou: "Parece que já só há um partido no Governo de Portugal. Quem diria lembrando os debates eleitorais da última campanha".

No encontro de autarcas socialistas da Amadora, Ferro Rodrigues centrou grande parte da sua intervenção na análise dos malefícios da "desgovernança da direita", acusando o Governo de "conformismo inaceitável na economia", nomeadamente na "sacralização do défice" que levou à recessão, e de "insensibilidade social", considerando "trágico" o que se passa com o desemprego, que aumentou 22,5 por cento em relação ao ano anterior, um "crescimento brutal digno de figurar no Guinness".

Autoritarismo, conformismo e insensibilidade social

Criticando o facto de o Governo ter como "preocupação atacar os que têm menos força", o líder do PS classificou de "indecorosas" as alterações propostas no subsídio de doença. "Como é que um ministro que se reclama de democrata e cristão pode admitir pôr em causa direitos justos e pagos pelos trabalhadores?", perguntou, numa alusão a Bagão Félix. Ferro Rodrigues acusou também o Executivo de Durão Barroso de "autoritarismo e autismo político" na relação com as autarquias. "Nunca



O Governo despreza o poder municipal e mistifica o aumento das pensões

houve um Governo que tratasse tão mal as autarquias, com tanto menosprezo, diria até desprezo", disse. O líder do PS acusou ainda o Governo de "mistificação" na questão das pensões, "porque houve uma tentativa de enganar os portugueses, quando anuncia que este foi o maior aumento das pensões" desde 1995. "Os pensionistas terão a oportunidade de verificar e comparar o que foi a prática do PS e o que é a prática deste Governo", disse, sublinhando que o PS é a favor de uma Segurança Social pública e universal, onde sejam valorizadas as carreiras contributivas mais longas. "Somos a favor de uma política social com

direitos e obrigações universais, ao contrário da direita que tem uma concepção da política social assente no assistencialismo e na caridade", explicou. Por outro lado, Ferro Rodrigues defendeu que o PS deve desenvolver a sua política "junto das pessoas, sem populismo, tentando explicar quais os reflexos que esta política de desinvestimento tem na vida dos cidadãos", salientando "coragem, determinação e solidariedade" devem ser as palavras de ordem do partido. Neste Encontro Autárquico, promovido pela Comissão Política Concelhia da Amadora, a abertura dos trabalhos esteve a cargo do camarada Jorge

Coelho que num discurso inflamado apontou os erros da política económica e social do Governo e as suas consequências na degradação das condições de vida dos portugueses. Por sua vez, Joaquim Raposo, presidente da FAUL e da Câmara Municipal da Amadora, e António Ramos Preto, deputado à Assembleia da República e líder da Concelhia da Amadora centraram as suas intervenções na análise das conclusões deste encontro de autarcas em que estiveram em debate temas como a educação, fiscalização municipal, ambiente, acção social e obras municipais.

J. C. CASTELO BRANCO

PROCESSO CASA PIA

LÍDER DO PS DENUNCIA NOVO PATAMAR DE PATIFARIA

Em reacção a uma "notícia gravemente caluniosa" publicada no "Correio da Manhã" no passado dia 10 sobre a sua pessoa, o secretário-geral do PS pediu nesse mesmo dia ao procurador-geral da República que esclareça se foi ou não confrontado com a existência de "insinuações ou depoimentos contra si", quando do depoimento prestado no DIAP em 4 de Junho. Horas depois, o procurador-geral da República confirmava, num comunicado, ser totalmente falso que Ferro Rodrigues tenha sido confrontado com quaisquer testemunhos incriminatórios, que o envolveriam no processo Casa Pia. Em comunicado lido na sede nacional do PS pelo ex-ministro da Justiça Vera Jardim, Ferro Rodrigues referia que passadas 48 horas depois da reunião da Comissão Nacional do PS, "a patifaria" tinha chegado a "um novo patamar". E garantia: "Os socialistas e os portugueses em geral podem ter a certeza de que Ferro Rodrigues não se deixará abater, condicionar ou vergar" "A honra de um homem que só tem motivos de orgulho do seu passado e do seu presente em termos de comportamento, moral e de carácter não pode ser atingida de uma forma baixa e miserável como faz o jornal "Correio da Manhã", afirmava o secretário-geral no comunicado. Por isso, anunciou ir processar este matulino de Lisboa, sem qualquer possibilidade de acordo, uma vez que se trata de uma "matéria em que está em causa a honra e a dignidade de uma pessoa".

NOVAS SECÇÕES DO PS EM FRANÇA, INGLATERRA E BRASIL

O PS vai abrir no próximo ano duas novas secções em França, três em Inglaterra e oito Brasil, país onde será ainda instalada uma Federação. O anúncio foi feito pelo director do Departamento Nacional de Emigração do PS, o deputado Carlos Luís, que adiantou ir endereçar um convite ao secretário-geral, ou alguém que o represente, para estar presente na cerimónia de instalação da Federação do PS no Brasil, que agrupará todos os núcleos socialistas, um acontecimento que classifica de "muito importante", pelo que representa na implantação do partido junto das comunidades portuguesas naquele país. Esta nova estrutura, explica, será mais uma Confederação do que uma Federação, devido à especificidade do Brasil, que verdadeiramente um continente. Carlos Luís adianta ainda que para presidente da Confederação do PS no Brasil as secções estão a propor um ex-deputado federal e



secretário particular do governador em São Paulo, enquanto o secretário-coordenador indicado pelas secções será uma figura de grande relevo que foi vice-presidente da Câmara em São Paulo e que tem hoje a seu cargo a segurança deste estado. As novas secções no Brasil surgem na sequência de uma deslocação em Agosto, a expensas próprias, do director do

Departamento de Emigração do PS e do presidente da Federação da Suíça, Manuel de Melo, a Belo Horizonte, Santos, Praia Grande, São Vicente e São Paulo, onde deixaram os embriões destas secções. Para breve está prevista nova deslocação para "alicerçar" estas estruturas que se prevê venham a ter um mínimo de 60 militantes cada.

FERRO VISITA HOSPITAIS

CORTES ORÇAMENTAIS NÃO POUPAM URGÊNCIAS PEDIÁTRICAS

"Mesmo em períodos de crise, há áreas que são intocáveis", afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, numa visita aos hospitais pediátricos de Lisboa, para avaliar os problemas de funcionamento que actualmente os afectam devido a problemas financeiros e precariedade de recursos humanos.

Acompanhado por alguns deputados do PS, Ferro Rodrigues fez um apelo ao bom senso e afirmou que os factores humanos e as questões de vida presentes no quadro dos serviços médicos devem ter prioridade relativamente aos assuntos económicos.

A visita aos hospitais de Santa Maria e D. Estefânia serviu para observar *in loco* os problemas existentes com a concentração das urgências pediátricas de uma forma que claramente prejudica o acesso a este tipo de serviços médicos tão sensível.

Entre as queixas que Ferro Rodrigues mais ouviu contam-se as que se relacionam com a escassez de recursos humanos e com os problemas financeiros daquelas unidades hospitalares, que têm feito regressar a facilidade e qualidade no atendimento das urgências pediátricas.

Refira-se que em apenas um ano os recursos humanos na unidade de pediatria do Hospital de Santa Maria foram reduzidas em cerca de 20 por cento. Com efeito, os médicos deste hospital criticaram



a concentração das urgências pediátricas nocturnas de Lisboa no Hospital D. Estefânia, com o argumento de estar a ser prejudicada a qualidade dos cuidados prestados aos utentes.

Como os responsáveis do Hospital D. Estefânia têm uma perspectiva diferente, mas que põem ambas as instituições em confronto, Ferro Rodrigues chegou mesmo a aconselhar a criação de uma comissão para analisar os efeitos da existência de apenas uma única unidade de urgências pediátricas para a região de Lisboa. "Espero que o bom senso permita que exista uma solução melhor para este problema", disse o secretário-geral do PS, acrescentando não fazer qualquer sentido que haja médicos que saem a correr de Santa Maria para irem

para o D. Estefânia.

Ferro Rodrigues sublinhou que, em comparação com anos anteriores, as urgências pediátricas "têm menos meios e uma maior afluência de doentes", pelo que é necessário que os serviços sejam melhorados para que o sistema de saúde se possa adequar às necessidades dos cidadãos.

Refira-se que os problemas da saúde serão um dos temas em destaque nas próximas jornadas parlamentares do PS, que decorrerão, em princípio, em 15, 16 e 17 de Dezembro.

Estas iniciativas que o PS tem realizado no âmbito da saúde inserem-se num programa de intensificação da acção política, no qual estão incluídos diversos colóquios, visitas e audições.

DEPUTADOS E AUTARCAS DENUNCIAM

HOSPITAL DE SANTIAGO DO CACÉM A FUNCIONAR EM CONTENTORES

Os cortes orçamentais feitos pelo Governo do PSD/PP estão a atrasar a entrada em funcionamento do Hospital do Litoral Alentejano, obrigando as populações da região a recorrer ao velho Hospital Conde Bracial, que está a funcionar em condições de grande precaridade, indo, inclusivamente, ser instalados contentores para albergar uma parte dos serviços de urgência, gabinetes médicos, salas de espera e serviços administrativos.

Esta denúncia pública foi feita na semana passada por uma delegação de deputados do Partido Socialista, da qual faziam parte Paulo Pedroso, Afonso Candal, Alberto Antunes, Ana Catarina Mendes, Luis Miranda e por autarcas socialistas dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira, numa visita aos dois hospitais, ao velho e sem condições, e ao novo, que só ainda não entrou em funcionamento porque o Governo não dá luz verde.

Os deputados criticaram a demora na entrada em funcionamento do Hospital do Litoral, que vai servir uma população de 90 mil habitantes e que é também considerado como um elemento fundamental para o desenvolvimento do turismo e das actividades que com ele estão relacionadas na região.

"Vai ser um Inverno de contentores", disse o deputado Paulo Pedroso, referindo-se às medidas que o Hospital Conde Bracial está a tomar para colmatar as muitas deficiências que existem no seu funcionamento em que, inclusivamente, uma parte das urgências vai funcionar em contentores.

O novo Hospital do Litoral teve o seu "plano funcional" aprovado em 1995, mas a primeira pedra para a sua construção só foi lançada no ano 2000 pela então ministra da Saúde do PS, Manuela Arcanjo.

Os deputados e autarcas do PS quiseram demonstrar com esta visita não só as dificuldades que estão a ser sentidas pelas populações dos concelhos que o Hospital Conde de Barciela serve, mas também apresentar exemplos concretos de como os cortes orçamentais feitos pelo Governo estão a afectar, neste caso, a prestação de cuidados de saúde.

O deputado Paulo Pedroso sublinhou que o PS vai continuar a fazer a denúncia de situações que estão a prejudicar os portugueses, muito particularmente na área da saúde.

SAÚDE SEM MELHORAS NENHUMAS

Há hoje mais gente em lista de espera para cirurgias do que havia antes deste Governo entrar em funções. Das 123 mil pessoas em lista de espera passou-se agora para 151 mil doentes nessa situação. "Este são factos, números indimentáveis", afirma Afonso Candal.

Recorde-se que compromisso do ministro foi o de que iria em dois anos eliminar a *stock* de gente em listas de espera, tendo para o efeito apurado cerca de 123 mil pessoas nessa situação. Este até seria um compromisso razoável se a lógica da recuperação das listas de espera fosse a que existia até então. Neste registo, o objectivo seria difícil mas era positivo. Agora o que tem acontecido é que parte da produção normal dos hospitais está a ser preterida para recuperação das listas atrasadas. Resultando daqui que se recupera mais as atrasadas mas criam-se novas listas de espera que não tem resposta na produção normal dos hospitais. No limite, se pararem as cirurgias normais, se todos os blocos operatórios do País se concentrarem na recuperação da lista de Junho de 2002, consegue-se dar vazão e acabar com a lista de espera dos 123 mil. O problema é que o caudal de novas entradas é superior ao da saída de doentes das lista de espera.

Medicamentos mais caros

Preocupante, também, para o coordenador socialista da Comissão Parlamentar de Saúde, é o facto de as famílias desembolsarem hoje mais pelos medicamentos do que pagavam antes deste Governo entrar em funções. A monitorização que tem vindo a ser feita dos resultados dos preços de referência demonstram que, de facto, as famílias estão a gastar mais com os medicamentos. A causa desta situação está na introdução dos preços de



referência, uma vez que "deixou de haver a ligação estreita que havia dantes entre o utente e o Estado, ou seja, como a comparticipação era feita em percentagem, se o utente pagasse mais o Estado também pagava mais; se o utente pagasse menos o Estado também pagava menos. Neste momento com os preços de referência o Estado paga sempre o mesmo, quer o utente pague menos quer pague mais", explica Afonso Candal.

Para o deputado aveirense, "o Estado desresponsabiliza-se de alguma forma, deixa de sofrer as consequências das prescrições de medicamentos mais caros, porque quem vai pagar mais não é o Estado, é o utente."

Doentes preteridos pela "selecção adversa"

Nas declarações que prestou ao "Acção Socialista", Candal manifestou-se também preocupado com a prática "da chamada selecção adversa" que consiste em haver doentes que são preteridos, que são

encaminhados para outros hospitais, que não são aceites pura e simplesmente, ou doentes a quem não lhes são prestados todos os tratamentos e meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica necessários.

As razões para a selecção adversa resultam, segundo Afonso Candal, da "política diferenciada de financiamento" que os hospitais têm em função de ser-se só utente do SNS (Serviço Nacional de Saúde) ou de um subsistema, nomeadamente de se ter um seguro de saúde, dado que o hospital é pago de forma diferente pelo mesmo tratamento. Ou seja, "no seguro de saúde, sai uma factura detalhada e a seguradora paga tudo, e o hospital tem a garantia de que tudo o que faz recebe, enquanto em relação aos utentes do SNS, como é pago numa lógica de produção final, o preço que o Estado paga por cirurgia supostamente inclui tudo aquilo que está no meio. Mas se o doente precisar de mais radiografias ou análises do que é suposto, o hospital terá de as fazer mas não recebe mais do Estado por as ter feito", esclarece. Grave, para o vice-

presidente do GP/PS, é que "isto pode levar, e as informações que tenho é que está já a levar a um racionamento - não é uma racionalização - dos custos."

Decorre daqui que cada doente só pode gastar x, sabendo-se à partida que os doentes com situações mais complicadas "vão entrar nas margens do hospital, o que é uma coisa nova e gravíssima", acrescenta Afonso Candal, que também retira outras ilações: "Podem ser preteridos utentes do SNS face a utentes que vêm dos subsistemas das seguradoras. Pode estar em risco livre acesso dos cidadãos aos hospitais e a universalidade do sistema, porque há tratamento diferenciado conforme se tem ou não seguro."

Poupanças são uma falácia

Esta nova questão das grandes poupanças, de que o ministro tem falado, por via da nova gestão dos Hospitais SA, impõe que Luis Filipe Pereira se explique relativamente ao aumento galopante da dívida à indústria farmacêutica e a uma noticiada injeção de mais 250 milhões de euros no sistema hospitalar.

Sobre este ponto, Afonso Candal questiona a origem desse dinheiro e quais os custos para o défice. "Ao falar-se de 250 milhões de euros, fala-se de 0,2 por cento do PIB e sabendo-se que o défice orçamental está à risca na casa dos 2,9, haver quaisquer 0,2 por cento a mais pode ser a morte do artista. Isto tem esta relevância simbólica."

Não obstante a alteração da forma de financiamento e dos 31 hospitais SA terem tido uma dotação de 900 milhões de euros postos como capital social inicial, dinheiro esse que podem gastar, além da capacidade de endividamento que também têm, facto é que o ministro se vê na contingência e obrigação de

fazer uma injeção extra na ordem dos 250 milhões de euros.

A justificação "especulativa" que Afonso Candal encontra para esta realidade está em que "o ministro inicialmente esperava que com esta dotação de capital as novas empresas pagassem as facturas que lá tinham do passado, sendo que e a dotação do capital inicial não conta para efeitos de défice. Portanto, esse dinheiro que o Estado desembolsa para criar uma nova empresa não é considerado despesa para efeitos de défice mas a fazer face a uma despesa corrente. A despesa diminuía porque as facturas em dívida passavam a estar em nome de uma sociedade anónima e não aumentava a despesa pelo facto de o Governo ter passado o dinheiro a título de capital inicial."

Obedecendo a uma lógica empresarial, e apesar de alguns terem gasto o seu capital social a pagarem essas facturas atrasadas, "a maior parte dos conselhos de administração não o fez e assumiu um posição típica de administrações SA e disse não, este capital social é a partir de agora para a frente para o nosso exercício e isso que já aí estava aí continuará, o senhor ministro que resolva", refere Afonso Candal. Daí terem começado a aumentar gravemente as despesas e os prazos de pagamento estarem agora muito mais dilatados, nomeadamente as dívidas à indústria farmacêutica. Uma situação deveras preocupante se, como tudo indica, indústria colocar o Governo em tribunal e exigir os juros de mora que são brutais. Para evitar essa situação, "eventualmente será essa a justificação para essa injeção extraordinária de dinheiro, desses 250 milhões de euros que no fundo são para pagar dívidas dos hospitais que estiveram na origem das sociedades anónimas", conclui o coordenador socialista da área da Saúde na Assembleia da República.

FERRO NA RTP

"TENHO DIREITO A SABER"

Ferro Rodrigues anunciou ter requerido ao juiz do Tribunal de Instrução Criminal (TIC) de Lisboa, Rui Teixeira, esclarecimentos sobre a eventual existência de testemunhos contra si no âmbito do processo Casa Pia.

Em entrevista à RTP, no passado dia 11, o líder socialista disse querer apurar quem o ligou a práticas pedófilas para poder proceder criminalmente contra os autores de tais declarações.

"A ser verdade, esses depoimentos estão eivados de falsidade, que me afectam directamente" e que "constituem um ataque político contra o secretário-geral do PS", declarou, reivindicando por isso o seu "direito de saber".

Na entrevista, o secretário-geral do PS recusou ainda ter feito qualquer tentativa de impedir que o ex-porta-voz socialista pudesse escapar a responder perante a justiça.

Segundo Ferro Rodrigues, "havia apenas que procurar que Paulo Pedroso se disponibilizasse o mais depressa possível (para responder perante o juiz), levantando a sua imunidade e, caso fosse necessário, suspendendo inclusivamente o seu mandato de deputado".

Sobre as transcrições ilegais das escutas telefónicas de que foi alvo, Ferro garantiu que não ofendeu o Ministério Público, quando usou expressões como "isto só vai à canelada", garantindo ainda que "o PS não está em querela com a magistratura" nem em guerra com a Justiça.

Quanto à "pseudo-pressão sobre a Justiça" que ditou a prisão de Pedroso,



Ferro lembrou que "nenhum destes contactados disse ter sido pressionado" e estranhou que não sendo suspeito de nada, estivesse sob escuta.

A propósito da revelação mediática de partes de telefonemas seus que, segundo afirmou, "lesaram o PS, como se viu nos resultados das sondagens", o secretário-geral falou em "cinco dias de massacre", de forte pressão e ainda de "violação criminal", factos perante os quais não quis nunca ceder.

Neste contexto, Ferro assegurou que as recorrentes tentativas da direita e da extrema-direita de o empurrarem da liderança do PS têm-se saldado num logro.

O secretário-geral afastou desta forma a possibilidade de se demitir do cargo se o deputado ex-porta-voz socialista for efectivamente acusado no âmbito do processo Casa Pia.

"Continuarei secretário-geral do PS e a considerar que Paulo Pedroso, até uma

sentença transitar em julgado, é presumivelmente inocente", frisou categórico, após recusar associar a continuação da sua liderança a uma eventual acusação contra o parlamentar. É que, afirmou Ferro, "no dia em que o Partido entregar a cabeça do seu secretário-geral numa bandeja, nunca mais conseguirá ter um líder autónomo", identificando de imediato o seu principal adversário nesta batalha como sendo "o populismo": uma "mistura explosiva entre uma Comunicação Social acéfala e um determinado tipo de fugas de informação".

Por outro lado, afirmou que o secretário-geral do PS não pode ficar refém do procurador João Guerra.

"Se isso acontecesse, então seria a politização da justiça", acrescentou, para depois explicar que a sua demissão teria sido "a solução mais fácil, mas também representaria falta de coragem, com graves consequências" para o PS.

Ferro Rodrigues frisou igualmente a sua determinação cumprir o seu mandato de secretário-geral até Novembro de 2004.

A política tem que ter memória

Na parte da entrevista em que se tratou de política nacional, o secretário-geral do PS voltou a criticar a estratégia do Governo para a angariação de receitas extraordinárias, tendo em vista a redução do défice.

De acordo com Ferro Rodrigues, se o

anterior Governo socialista tivesse utilizado receitas extraordinárias na mesma ordem que as actuais, o défice em 2001 teria sido de dois por cento e não de 3,6 por cento.

Ferro mostrou-se ainda convicto de que, se Portugal tivesse em 2002 um défice superior a três por cento, nenhuma penalização seria decretada contra o país por parte da União Europeia, dada a conjuntura existente na França e na Alemanha.

O secretário-geral do PS manifestou concordância com o Presidente da República, Jorge Sampaio, na ideia de que haverá "um semi-proteccionismo" em Espanha face a empresas portuguesas e atacou duramente o Executivo a propósito do TGV.

Assim, citou declarações proferidas pelos líderes do PSD e do CDS-PP, Durão Barroso e Paulo Portas, em 2001, sobre o comboio de alta velocidade, quando ambos se encontravam na oposição, porque, lembrou, "a política tem que ter memória". Segundo o secretário-geral do PS, Paulo Portas acusou o anterior Governo socialista de "irresponsabilidade" e "megalomania num país com dois milhões de pobres", enquanto que Durão Barroso defendeu que as obras das principais linhas deveriam começar em simultâneo.

"A forma como no passado reagiram ao TGV coloca agora uma questão de seriedade", referiu, dizendo mesmo estar-se perante um caso de "hipocrisia política".

M.R.

ATENTADOS NO IRAQUE

PS SOLIDÁRIO

COM FORÇAS PORTUGUESAS

O ataque terrorista ocorrido em Nassíria, no passado dia 12, contra o quartel-general onde deveria ter ficado instalado o contingente da GNR portuguesa, mereceu do PS a sua "total condenação" e o "sentido pesar pelas vítimas". Recorde-se que, no passado dia 24 de Outubro, a bancada parlamentar socialista votou favoravelmente uma moção de apoio e solidariedade com contingente português a destacar para o Iraque, apesar da desaprovação que desde o início expressou à condução de todo o processo por parte do Governo.

Assim, é com legitimidade reforçada que o PS instou Durão Barroso a "reconsiderar a oportunidade de partida" das forças portuguesas face ao devastador ataque, ressaltando de seguida que "uma tal reapreciação não acarreta desprestígio para a honra nacional".

"Qualquer que seja a actuação do Governo, o PS está e estará solidário com os homens e as mulheres que se dispuseram para uma missão de alta perigosidade, em serviço patriótico, no Iraque", diz uma nota à imprensa assinada pelo secretário-geral, Ferro Rodrigues.



REUNIÕES COM LÍDERES SINDICAIS

CONVERGÊNCIA DE PONTOS DE VISTA

Com vista a otimizar a reforma da Administração Pública e porque a alternância democrática leva a que as regras do sector não sejam apenas para servir esta ou aquela cor partidária, o PS manifestou disponibilidade para chegar a um acordo de regime.

O anúncio foi feito pelo líder socialista, à saída de um encontro com o secretário-geral da UGT, João Proença, realizado no largo do Rato, na passada sexta-feira, ocasião em que afirmou que os socialistas estão disponíveis para que "os projectos do PS e do Governo sejam discutidos em condições de debate aberto e franco na Assembleia da República" e para que se consiga, "em conjunto, uma boa Reforma da Administração Pública".

No âmbito desta reforma, há três tipos de diplomas em cima da mesa: Organização da Administração Directa do Estado, Estatuto do Pessoal Dirigente e Lei-Quadro dos Institutos Públicos.

Aprovados na generalidade, no dia 30 de Setembro, tanto os projectos do PS como as propostas do Executivo baixaram à respectiva comissão, para discussão na especialidade.

Um dia antes, o secretário-geral do PS reuniu-se com o responsável máximo da CGTP-IN, Carvalho da Silva, tendo ambos condenado a conduta política "populista" e de "mistificação" da realidade que o Governo azul/laranja tem



assumido, por exemplo, no caso dos aumentos das pensões mínimas.

Face à convergência de análise do PS e da CGTP-IN sobre a situação económica e financeira do País, Ferro fez questão de sublinhar que não se tratou de uma acção política de "socorros mútuos".

"Na reunião, houve diálogo e há uma grande autonomia entre as organizações sindicais e o PS", sublinhou o secretário-geral do PS, antes de sintetizar a política do Governo a três palavras: "insensibilidade, incompetência e mistificação".

Ferro Rodrigues acusou o Executivo de Durão Barroso de ser insensível na

proposta de revisão do pagamento dos subsídios de doença, "cortando direitos a pessoas que descontam para o sistema".

"Este Governo também tem revelado incompetência, porque, até agora, ainda não se viu uma única reforma", justificou o líder do PS, para quem, "é ainda uma mistificação que haja em 2004 um aumento grande das reformas", pois, "pelo orçamento da Segurança Social, prova-se que o aumento médio das pensões será no próximo ano bem inferior aos aumentos que se verificaram no período dos governos socialistas".

ALTERAÇÕES AO OE-2004

PS PROPÕE MAIS BENEFÍCIOS FISCAIS PARA A QUALIFICAÇÃO



É preciso apostar nas empresas que dão prioridade à formação, ao investimento e à requalificação ambiental e não naquelas que estão cotadas em bolsa

Os socialistas defendem a introdução de um conjunto de medidas cirúrgicas no Orçamento de Estado (OE) para a Educação, Qualificação e Ciência que passem pela concessão de incentivos fiscais para a formação ao longo da vida, nomeadamente a dedução no IRS da aquisição de computadores pessoais ou de despesas com o ensino obrigatório ou profissional, até 30 por cento, para maiores de 18 anos.

Estas algumas das propostas que o PS vai levar ao Parlamento face ao "castrante" Orçamento de Estado para 2004 em áreas que os socialistas consideram "prioritárias para o País". Em conferência de Imprensa, que decorreu no passado dia 11, os deputados do PS Luiz Fagundes Duarte, Manuela Melo, Eduardo Cabrita e Joel Hasse Ferreira exigiram o reforço dos investimentos e dos incentivos para a

qualificação dos cidadãos, no que foi a apresentação da primeira de um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 2004, que, segundo asseguraram, não agrava o défice.

"Estamos particularmente preocupados com os cortes no Orçamento e no PIDDAC [Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central] para 2004, no que respeita aos ministérios da Educação e da Ciência e Ensino Superior", frisou o deputado socialista Luiz Fagundes Duarte, para depois defender que esses cortes "vão provocar graves consequências, para o próximo ano, na qualificação dos portugueses e poderão provocar feridas que levarão muitos anos a sarar". O PS explicou deste modo a proposta de eliminação das cativações de 15 por cento nos ministérios da Educação, Ciência e Ensino Superior e também no ministério

da Segurança Social e do Trabalho.

"Queremos apostar nas empresas que dão prioridade à formação, ao investimento e à requalificação ambiental, e não nas empresas que estão cotadas na bolsa", afirmou, por sua vez, o deputado Eduardo Cabrita, que defendeu a proposta de contabilizar os encargos com investigação e desenvolvimento na determinação de lucro tributável das empresas.

O PS propõe ainda compensar os municípios onde ocorreu o encerramento de escolas, com o reforço das verbas para os transportes escolares, e aumentar as verbas destinadas a investimentos no Ministério da Ciência e do Ensino Superior, contemplando a rede de computação científica nacional e os programas dinamizadores de ciências e tecnologias da informação.

MARY RODRIGUES

BANDEIRAS SOCIALISTAS PARA O OE-2004

✓ *Promoção da competitividade e da inovação empresarial*

- Combate à desertificação:
 - Redução para 20 por cento do IRC para as empresas instaladas no interior
 - Isonomia do Imposto Municipal sobre as Transmissões de Imóveis, para as empresas do interior
 - Taxa de 15 por cento do IRC para as micro-empresas do interior
 - Renovação até 2006 dos incentivos à criação de emprego e à constituição de empresas por jovens
- Majoração fiscal em IRC em 150 por cento dos encargos realizados com investigação e desenvolvimento e de despesas que contribuam para o aumento da eficiência ambiental, de recuperação paisagística e de formação profissional certificada dos trabalhadores
- Alargamento das despesas de investigação e desenvolvimento consideradas para redução da taxa de IRC, e renovação até 2006 da Reserva Fiscal de Investimento para as despesas das empresas em I&D
- Renovação, até 2006, do crédito fiscal para investimento em protecção ambiental
- Reforma do Imposto Automóvel, incentivando a eficiência energética e relacionando o encargo fiscal com o custo ambiental, reduzindo a tributação na venda de veículos menos poluentes
- Justiça fiscal no PEC, reduzindo o pagamento mínimo e alargando as empresas obrigadas a pagamento por conta
- Promoção da competitividade no turismo, ajustando o regime do PEC das agências de viagens

✓ *Aposta na qualificação dos portugueses*

- Criação do Plano-Poupança-Educação/Formação, incentivando a afectação da poupança a despesas de formação profissional
- Possibilidade de dedução à colecta das despesas com formação profissional
- Incentivo fiscal à conclusão da escolaridade obrigatória e à formação profissional por adultos
- Renovação, até 2006, dos incentivos fiscais à aquisição de computadores, equipamento informático e ligação à Internet pelas famílias

✓ *Justiça fiscal para os mais fracos e incentivos à poupança da classe média*

- Actualização em 2,5 por cento dos escalões e de todas as deduções específicas previstas no Código do IRS
- Actualização em 2,5 por cento dos benefícios fiscais para deficientes, deficientes das Forças Armadas e reformados com contas poupança-reforma
- Incentivo à poupança da classe média com a actualização em 2,5 por cento das deduções fiscais para contas poupança-habitação, planos poupança-ações, PPR, PPE e PPRE

✓ *Combate à fraude e evasão fiscais*

- Cruzamento de dados entre a administração fiscal e a segurança social
- Possibilidade de levantamento de sigilo bancário relativamente a contribuintes que pretendam obter benefícios fiscais, gozar de regimes fiscais privilegiados ou de auxílios do Estado
- Acesso directo à informação notarial e registal dos contribuintes titulares de benefícios fiscais ou com direito a auxílios de Estado
- Recolha de informação sistemática sobre os contribuintes com imóveis, viaturas ou barcos de recreio, propriedade de sociedades registadas em zonas off-shore
- Controlo de pagamentos a entidades residentes em off-shores
- Perda de benefícios fiscais para entidades domiciliadas na zona franca da Madeira que violem regras de transparência fiscal
- Adopção de medidas que permitam determinar a variação do património líquido dos contribuintes com elevados acréscimos patrimoniais

ORÇAMENTO DE ESTADO

"O PSD É O GRANDE PARTIDO DO DÉFICE ELEITORALISTA"

Apesar dos constantes alertas face ao evidente retrocesso no crescimento de Portugal, o Orçamento de Estado para 2004, que prossegue com uma filosofia paralisante, foi aprovado na generalidade, no passado dia 6, com o voto contra do PS.

As críticas socialistas ao OE no encerramento do debate parlamentar ficaram a cargo de João Cravinho, que chamou reiteradas vezes a atenção do plenário para o facto do documento falsificar os números, ao incluir receitas extraordinárias nas contas do défice.

O deputado acusou o Executivo de, com este OE, não aumentar o investimento público, continuar obcecado com o Pacto de Estabilidade e Crescimento, contribuir para o aumento do desemprego e não

apostar no combate à fraude e evasão fiscal.

Cravinho alertou ainda para o facto do Governo se preparar para aumentar o défice do País em 2005 e 2006, antes das eleições presidenciais e legislativas, responsabilizando, ao mesmo tempo, o primeiro-ministro por falhas de coordenação política e pelos sacrifícios vãos que o portugueses terão de fazer. O parlamentar socialista não hesitou em denunciar que as despesas inscritas no OE-2004 "são as que forem necessárias para engordar os números da propaganda", fazendo uma previsão segundo a qual o Governo ultrapassará os limites da dívida pública do Pacto de Estabilidade e Crescimento (60 por cento) no próximo ano - isto no caso da

ministra das Finanças utilizar os 7.800 milhões de euros de endividamento.

O deputado socialista classificou igualmente a proposta orçamental como "injusta" do ponto de vista social e demonstrou que 2004 "será o terceiro ano de aumento da carga fiscal sobre as famílias".

Segundo Cravinho, o OE não trará qualquer consolidação ao nível das despesas públicas, antecipando mesmo um eventual aumento do défice em 2005 e 2006.

"O PSD é historicamente o grande partido do défice eleitoralista, desde o défice de 12 por cento no início da década de 80, até à média de 5,9 por cento entre 1985 e 1995", afirmou, para apontar de seguida que Durão Barroso

teve a "suprema irresponsabilidade de afirmar no Parlamento que a ideia do investimento público como factor de competitividade é uma ilusão".

"Com afirmações destas, o primeiro-ministro lesa gravissimamente a posição de Portugal em busca dos apoios comunitários necessários ao seu acelerado desenvolvimento interno e à sua integração europeia no futuro", advertiu. O dirigente do PS criticou também o primeiro-ministro por "nunca estar presente nos momentos difíceis" e por, "em vez de fazer remodelações, se ver sucessivamente empurrado a fazer renovações de cadáveres políticos com certidão passada por outros". João Cravinho considerou ainda que a posição do chefe do Governo sobre as

auto-estradas com portagem virtual (SCUT's) se revelou "um logro" e constituiu "uma irresponsabilidade".

O dirigente do PS citou depois declarações proferidas por Durão Covilhã, em que terá defendido as SCUT's, para denunciar uma contradição, adiantando, ainda, ter documentação para provar que os custos das SCUT's não atingirão os três mil milhões, como estima o Executivo, mas "apenas mil milhões de contos".

Recorde-se ainda que a discussão na especialidade do Orçamento de Estado para 2004 decorreu ao longo da passada semana, estando a votação final global agendada para depois de amanhã, dia 21 de Novembro.

ANÁLISE DISTRITAL DO PIDDAC

Conclusão do trabalho iniciado na edição anterior



AVEIRO

PIDDAC PARA 2004 CONCRETIZA OPÇÕES ERRADAS

Os socialistas de Aveiro acusam o Governo de desconsiderar o distrito, de atrasar o seu desenvolvimento e de pôr em causa a qualidade de vida das populações.

O Secretariado da Comissão Política da Federação Distrital de Aveiro do Partido Socialista, tendo analisado o PIDDAC (Plano de Investimentos Descentralizados e de Desenvolvimento da Administração Central) para o distrito, manifestou, em comunicado, a sua "profunda preocupação e tristeza" por verificar que, "o PIDDAC para 2004 concretiza opções erradas e não cumpre promessas feitas". "Da Feira à Mealhada, de Sever do Vouga à Murtosa, por todo o distrito, os nossos autarcas constatarem, incrédulos que se eclipsaram projectos outrora previstos, que não aparecem compromissos assumidos, que se protelam investimentos urgentes", acusam os socialistas aveirenses, para depois frisar que "a valorização do distrito torna a adiar-se", uma vez que "há verbas irrisórias que se inscrevem apenas para dissimular a incapacidade de executar, há projectos de um município que aparecem imputados a outros e há projectos de índole nacional com os quais se tentam disfarçar os montantes ridículos com que foram brindados alguns concelhos".

Quanto à actuação da distrital laranja, os camaradas de Aveiro acusam-na de, "em nome da mais pura subserviência partidária", permanecer "acrítica", o que, dizem, "demonstra a incapacidade de defender os interesses do distrito, curvando-se, sem coragem política". A concluir, os socialistas aveirenses prometem não conformar-se. É que, frisou, "Aveiro e Portugal precisam de mais investimento público, de uma política diferente e de um Governo melhor".



**CASTELO
BRANCO**

ORÇAMENTO AGRAVA DEPRESSÃO NO INTERIOR

Mais de 7 por cento de quebra nas dotações orçamentais é o que 2004 reserva para as populações do distrito de Castelo Branco. Por isso, o deputado e líder distrital do PS, Fernando Serrasqueiro, em declarações ao "Acção Socialista", acusa o Governo de desinvestir nas regiões deprimidas do interior, correndo o risco de, assim, desincentivar também o investimento privado na zona.

Por outro lado, Fernando Serrasqueiro denuncia que o investimento *per capita* do PIDDAC de Castelo Branco será inferior à média nacional.

"Trata-se de um Orçamento de Estado constrangedor no que se prevê venha a ser o desemprego no distrito", disse Serrasqueiro, lembrando também que no interior do País os mercados de trabalho alternativos são escassos. Acresce que longe de dar apoios aos municípios mais carenciados, "este OE inscreve um aumento da carga fiscal em sede de IRS sem trazer acréscimo de riqueza" e, portanto, "agrava ainda mais a situação de depressão em que alguns distritos vivem".

"Estamos a afastar-nos dos distritos mais desenvolvidos", lamentou Serrasqueiro, questionando de seguida a exclusão de um conjunto de obras "estruturantes" do PIDDAC 2004, que foi incluído no plano de investimentos públicos do ano em curso.

A título de exemplo, o deputado referiu a Escola Superior de Artes Aplicadas e anunciou que os socialistas vão apresentar uma proposta para a sua inscrição no PIDDAC.

Quanto às rodovias, Fernando Serrasqueiro disse que o plano azul/laranja de investimentos públicos não contempla o Regadio Cova da Beira, sem que até agora o Governo tenha feito saber o que pretende fazer com esta obra, e criticou a execução orçamental do corrente ano, que não irá além de uns curtos 48 por cento.



LISBOA

FAUL DENUNCIA INSENSIBILIDADE GRITANTE DO GOVERNO

O desprezo do Governo pela melhoria das condições de vida e da qualificação do portugueses ficou bem patente, em particular na Área Metropolitana de Lisboa, com o corte do investimento público, efectuado, nomeadamente, através da redução das verbas do PIDDAC para 2004.

Esta a denúncia feita, em comunicado, pelo Secretariado da FAUL, depois de auscultar as preocupações que se colocam aos municípios do distrito face às dotações orçamentais para o próximo ano.

Os socialistas alertam para o facto dos concelhos da região não poderem continuar a suportar restrições quanto ao acesso ao crédito para a construção de habitação social, "sob pena de comprometer, entre outros, o processo de realojamento das famílias que vivem em condições de inabitabilidade".

A FAUL reivindica também que o Governo articule os seus investimentos com o Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa, por forma a concretizar "um modelo de desenvolvimento para o território da AML que não pactue com uma política casuística e de pesca à linha, baseada em cedências a pressões políticas dos municípios geridos pelo PSD".

Assim, e depois de apontar para o corte nas dotações inscritas no PIDDAC 2004 para as autarquias do distrito, pelo que acusam o Governo de "insensibilidade gritante", os socialistas reiteram a necessidade de se financiarem e continuarem "projectos fundamentais e estruturantes" que ficaram de fora, identificando-os em domínios como a mobilidade e as acessibilidades, a construção de equipamentos de saúde, a educação, a segurança de pessoas e bens e o ambiente.

O Secretariado da FAUL exige ainda que o OE-2004 inscreva os meios financeiros necessários à instalação e exercício das competências atribuídas às câmaras municipais.



VILA REAL

PEQUENAS ILUSÕES NÃO TRADUZEM INTENÇÕES

"Os Orçamentos de Estado de 2003 e 2004 demonstram, com a límpida clareza dos números, que o sentido da discriminação positiva, afinal, virou sentido de discriminação negativa, porque o voluntarismo na distribuição de recursos que o Governo proclamou, deve estar definitivamente perdido em alguma das gavetas da ministra Manuela Ferreira Leite".

Assim reagiram os socialistas de Vila Real depois de analisarem o plano de investimentos públicos para a região.

Criticando Durão Barroso por não ter cumprido a promessa de colocar o distrito vila-realense e a região transmontana no mapa político do País, o PS de Vila Real desmontou o que, à primeira vista, parece ser um aumento das verbas inscritas no PIDDAC para o próximo ano.

Segundo os socialistas, a maioria dos projectos inscritos no plano de investimentos públicos corresponde a pequenas ilusões, das quais, uma parte muito significativa, não corresponderá a "nenhuma intenção de realização durante 2004".

Por outro lado, assinalam, o Orçamento de Estado em discussão, embora consagre a diminuição da taxa de IRC para todas as empresas, "acaba com os benefícios fiscais que contemplavam pequenas e médias empresas localizadas em 167 concelhos do interior do País".

Quanto ao IVA aplicável ao fornecimento de Gás, fixado em 5 por cento para o natural e em 19 por cento para o de garrafa, o PS/Vila Real considera ser este "um apoio interessante para as regiões deprimidas e para as famílias com menores rendimentos".

O PERÍODO MAIS NEGRO DO PODER LOCAL

Narciso Miranda, presidente da Câmara de Matosinhos, disse que "este é o período mais negro do poder local democrático".

Em declarações aos jornalistas após um jantar entre autarcas socialistas como líder do PS, realizado no passado dia 5, Narciso apontou para os "três anos de atrofiamento forçado pelo Governo", afirmando-se crítico em relação ao Orçamento do Estado para o próximo ano.

"O PIDDAC para 2004 é um desastre completo e o desenvolvimento vai parar", defendeu o edil socialista, denunciando ainda que tem sido "impossível" para as autarquias "resolver os problemas da habitação social" e "assumir a sua parcela de financiamento em obras comunitárias".

No encontro com Ferro Rodrigues, promovido pelo PS/Matosinhos, estiveram presentes vários presidentes de câmara socialistas, como Joaquim Barreto, de Cabeceiras de Basto, Rui Soalheiro, de Melgaço, e Carlos Tuta, de Monchique.

Maria de Belém, também presente no encontro, acusou o Governo de "privilegiar", no orçamento, "os municípios do PSD", pois disse, "verifica-se um enorme desequilíbrio".

"O OE-2004 representa um enorme sacrifício para as autarquias e compromete a realização dos seus programas de trabalho", afirmou a dirigente socialista na final da reunião.

FEDERAÇÕES DE PORTO, BRAGA E BRAGANÇA REPUDIAM PIDDAC

As dotações inscritas no Programa de Investimentos do Estado para o próximo ano para os distritos de Braga, Bragança e Porto são insuficientes, gerando o repúdio e o descontentamento dos socialistas.

Em conferência de imprensa conjunta, das três federações do PS, Mota Andrade, Joaquim Barreto e Francisco Assis insurgiram-se contra as escandalosas injustiças que se desenham no PIDDAC 2004 para a região do interior transmontano.

Coube ao líder da distrital socialista de Bragança abrir as intervenções, tendo começado por afirmar que "este PIDDAC é um embuste para todos e, nomeadamente, para a região bragantina".

"Trata-se de uma fraude monumental", denunciou Mota Andrade, citando como

exemplos a ligação da ponte internacional de Quintanilha, a ligação da Torre de Moncorvo ao IP2, a duplicação do IP4 e a conclusão do IC5 e do IP2, cujas dotações são "verbas insignificantes" ou, em alguns casos, desprovidas de qualquer montante.

Por seu turno, o presidente da federação bracarense chamou a atenção para o facto de o seu distrito, apesar de ser o terceiro em termos demográficos, ser também o sexto relativamente a dotações orçamentais, mantendo-se por isso um "adiamento permanente de várias obras".

Joaquim Barreto disse ainda que algumas das obras que estavam inscritas no PIDDAC 2003 nem sequer arrancaram ou pararam por falta de verbas, tendo, nalguns casos, desaparecido agora do

PIDDAC 2004 ou contando apenas com uma dotação insignificante.

Já Francisco Assis, que também salientou o "castigo" que o Governo está a infringir ao interior transmontano, salientou que o Porto é o distrito mais prejudicado uma vez que o actual programa de investimentos públicos inscreve uma dotação inferior em 30 por cento ao financiamento estatal do ano passado.

Caustico, o líder da distrital portuense referiu-se ao autarca laranja Rui Rio, acusando-o de estar "dominado por um autismo que o impede de ver o que se passa à sua volta".

Mantendo o tom duro de crítica, Assis lembrou que "este PIDDAC não traz projectos novos" e que o Orçamento de Estado "é mau e lesa as populações".

JOSÉ JUNQUEIRO DENUNCIA

PORTAGENS NAS SCUT'S SÃO NOVO IMPOSTO PARA O INTERIOR

O interior já pagou, desde sempre, "as portagens do subdesenvolvimento" e não pode pactuar "com mais esta discriminação de Durão Barroso e do Governo PSD/CDS", afirmou José Junqueiro, numa reacção logo após o anúncio pelo primeiro-ministro, no Parlamento, da introdução de portagens nas SCUT's que actualmente estão em execução.

"As populações, depois de ouvirem o Governo cortar o incentivo de cinco por cento, em sede de IRC, para localização de empresas no interior, assistem agora ao lançamento de um novo imposto sob a forma de portagens", salienta o coordenador do PS na Comissão parlamentar de Obras Públicas.

Para José Junqueiro, "o problema do Governo não é só o de ter cortado o orçamento das estradas, de 1121 milhões de euros, em 2002, para 924 milhões de euros em 2003. O problema é que só executou 659 milhões de euros", concluindo que "o problema não é a falta de dinheiro, mas sim a incompetência de um Governo que não é capaz de gastar o que tem".

"Como pode o primeiro-ministro andar a inaugurar as SCUT's, bater palmas, para, por outro lado, desonestamente, se refugiar no ataque à obra feita?", perguntou ainda o deputado socialista.

Governo decidiu TGV a reboque de Espanha

A reboque do Governo espanhol, o Executivo de Durão Barroso acabou por aceitar o traçado definido por Madrid. Depois de ter interrompido o



processo do comboio de alta velocidade (TGV) por dois anos, é "com alguma perplexidade" que o deputado do PS José Junqueiro vê a decisão de "avançar com o processo do TGV em quatro sentidos diferentes". "O PS não compreende porque é que este processo, que estava em andamento no Governo do PS, foi subitamente interrompido por Durão Barroso sem outra justificação a não ser as filas de espera nos hospitais", acrescentou o ex-secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, acusando o Governo de decidir, agora, "a reboque" do

Governo espanhol.

José Junqueiro criticou também o Executivo de direita por não saber ainda qual será a localização, nem o calendário para a construção da terceira travessia sobre o Tejo e por "não ter inscrito no PIDDAC" o projecto.

"Questionei o Governo, no passado dia 30, sobre onde é que será construída a nova ponte e quando", referiu o deputado do PS, adiantando que a resposta foi que "não havia nenhuma ideia sobre isso porque ainda não tinha sido feito nenhum estudo".

A VERDADE SOBRE A POLÍTICA DE PENSÕES DO GOVERNO

A confusão lançada pelo Governo em relação à sua política de pensões, enganando os portugueses, foi denunciada e desmontada pelo PS, que contestou que o aumento das pensões mínimas seja o maior desde 1995, conforme foi anunciado com pompa e circunstância pelo primeiro-ministro na Assembleia da República.

"Tem que ser reposta a verdade", disse o dirigente socialista Vieira da Silva, salientando que "o maior aumento das pensões mínimas foi em Novembro de 2001, quando houve uma subida de 5,9 por cento, de uma só vez".

Vieira da Silva afirmou que, ao contrário do que foi anunciado, "o aumento das pensões mínimas não será de seis por cento", explicando que "as pensões mínimas do regime geral vão ter um aumento faseado, ou seja, durante metade do ano que vem, vai haver um acréscimo de quatro por cento e a meio do ano haverá um aumento de dois por cento, o que significa que o aumento do rendimento destes pensionistas, em 2004, será próximo dos cinco por cento".

O porta-voz do PS esclareceu também que o aumento anunciado pelo Governo "não é para todos os pensionistas, mas apenas para uma parte dos que recebem pensões mínimas", ou seja, aqueles pensionistas do regime geral que têm carreiras contributivas inferiores a 15 anos.

"O primeiro-ministro não disse quais vão ser os aumentos para todas as outras pensões, como as pensões sociais ou de regime agrícola", disse. Vieira da Silva também desmontou, com a realidade indesmentível dos números, a tão propagandeada convergência das pensões mínimas com o salário mínimo nacional.

"Não existe uma convergência entre as pensões mínimas e o salário mínimo nacional, mas uma indexação de algumas das pensões mínimas ao salário mínimo, enquanto outras passaram a ser uma percentagem desse salário", explicou o antigo secretário de Estado da Segurança Social. Aliás, lembrou que para as pensões mínimas da pensão social, das actividades agrícolas e do regime geral para carreiras contributivas superiores a 16 anos a aproximação ao salário mínimo já foi feita pelos governos do PS e é muito superior às que o Governo de Durão Barroso promete fazer até 2006.

Vieira da Silva apontou ainda outra diferença substancial entre a prática dos governos socialistas e a actual governação da direita. Assim, explicou, entre 1995 e 2002 a convergência foi realizada com o salário mínimo a crescer sempre acima da inflação, enquanto o actual Governo já deu o sinal em 2003: um salário mínimo a diminuir em termos reais.

O dirigente socialista afirmou ainda que, "para que as pensões cresçam, é necessário que a dotação no Orçamento do Estado seja suficiente para isso, e nos últimos dois anos o aumento da despesa com pensões foi inferior ao de 2002, 2001 e 2000".

SANTARÉM

PS ALERTA PARA SITUAÇÕES DE RISCO NO DISTRITO

A ausência de verbas no Orçamento de Estado de 2004 para prevenção de situações de risco no distrito de Santarém indignou os deputados socialistas que, em carta a Durão Barroso, exigem "o accionamento de medidas urgentes".

Entre as situações para as quais os parlamentares socialistas entendem ser necessária uma "decisão empenhada" do primeiro-ministro, contam-se a sustentação das barreiras de Santarém e a regularização das margens, protecção dos mouchões, recuperação e reparação de diques e a avaliação dos impactos da extracção de areias no rio Tejo.

Na missiva, enviada também ao governador civil de Santarém, é ainda referida a situação da travessia do rio Sorraia, em Coruche, onde duas das sete pontes se encontram interditas a pesados desde Julho, e a "poluição

adicional a que o rio Alviela está sujeito por manifesta incapacidade" da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena.

No caso da sustentação das barreiras e suporte das muralhas de Santarém, "que deixou de ter rubrica própria no Orçamento e que foi até agora um programa de intervenção plurianual", a situação é "insustentável", afirmam os deputados Jorge Lacão, Vitalino Canas, Nelson Baltazar e Luísa Portugal.

Citando o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, referem como "muito urgentes" as medidas de prevenção para o Inverno que se aproxima, a intervenção na ribeira de Alfange, a actualização do Plano de Emergência, o tratamento das zonas de escavações arqueológicas críticas e outras acções de "maior complexidade do que aquelas que competem à Câmara de Santarém e



Se não forem tomadas medidas urgentes as consequências podem ser muito graves este Inverno

que têm sido executadas à custa do orçamento municipal".

Os socialistas sublinham que "estão em risco" as pessoas que habitam no lugar de Alfange, as que circulam de comboio na linha do Norte, as que habitam os prédios na parte superior da cidade e as que circulam na estrada de acesso à ponte que liga Santarém a Almeirim.

Quanto à intervenção nas margens do Tejo, os parlamentares lamentam que a única acção prevista para 2004 seja a reparação de diques, quando é "urgente" uma intervenção entre Abrantes e Constância, entre a Barquinha e a Golegã e entre a Golegã e Almeirim/Santarém.

"Sem estas intervenções, ainda este ano, e com o Inverno rigoroso que se antecipa, irão ocorrer situações de risco para bens e em especial para pessoas, cujas consequências podem ser muito graves", alertam.

OE-2004 E POLÍTICA DE PENSÕES

Quer na área das pensões, quer no domínio das políticas sociais, deste Governo só vêm promessas. Do Governo socialista anterior, veio a sólida concretização de políticas sociais solidárias com o povo português e nas quais se integrou a política de aumento das pensões.

1. Paulo Portas, o Paulinho das Feiras como ele próprio se assumiu no debate na generalidade do OE em Plenário da Assembleia, tem prometido a esmo aumentos de pensões. Fe-lo durante a governação do PS e procurou mesmo assumir-se ou arvorar-se em grande protector dos pensionistas. Nesse sentido, procurou apresentar à comunicação social e aos idosos aumentos de pensões propostos pelo PS ou acordados com o PS, como de sua exclusiva iniciativa. Na última campanha eleitoral, a demagogia acentuou-se. Paulo Portas anunciou a convergência das Pensões Mínimas com o Salário Mínimo; o PSD assumiu um compromisso análogo – convém, então, analisar o que se passa, não só quanto à convergência prometida como relativamente à declaração do ministro Bagão Félix, elogiando o grande aumento de pensões que considerou o maior desde há muito.

2. O que se passa, na realidade, é bastante diferente. Efectivamente, apenas uma pequena parte das Pensões Mínimas serão, no final da legislatura, idênticas ao salário mínimo. Vejamos o esforço nacional com o crescimento das pensões, medido em valores e em variação percentual, durante os últimos anos.

Anos	Despesas com Pensões	Acréscimo Orçamental
1999	6.388 ME	8,7%
2000	7.009 ME	9,7%
2001	7728 ME	10,3%
2002	8411 ME	8,8%
2003 (estimado)	9077 ME	7,9%
2004 (proposto)	9857 ME	8,6%

Assim se vê que os maiores crescimentos percentuais se verificaram em 2001 e em 2000 e não em 2003 e muito menos em 2004. As declarações de Durão Barroso sobre as pensões vieram assim lançar a confusão, procurando mistificar os portugueses.

É preciso também esclarecer que o aumento anunciado pelo Governo é apenas o aumento para os pensionistas do regime geral que têm carreiras contributivas inferiores a 15 anos.

3. É também importante sublinhar que o aumento desta pensão em 6 por cento é apenas para a segunda metade do próximo ano. Na primeira metade de 2004, o aumento é apenas de 4 por cento. Portanto, este não é o maior aumento da pensão mínima do Regime Geral, já que em 2001 ele foi de 5,9 por cento para todo o ano e não apenas para metade.

4. Da análise dos dados, conclui-se que entre 1995 e 2002, a convergência foi realizada com o salário mínimo a crescer sempre acima da inflação. Com o actual Governo de direita, em 2003 o salário mínimo diminuiu em termos reais.

Quer na área das pensões, quer no domínio das políticas sociais, deste Governo só vêm promessas. Do Governo socialista anterior, veio a sólida concretização de políticas sociais solidárias com o povo português e nas quais se integrou a política de aumento das pensões.

O Orçamento para 2004, de acordo com a proposta apresentada, não consolida as contas públicas, não procede à convergência das pensões da forma que propagandeou, não reforça o investimento, diminui o esforço de qualificação, aumenta os impostos sobre os trabalhadores e a generalidade dos portugueses. É de facto um orçamento decepcionante, com uma conclusão económica pouco credível, com receitas mal estimadas, não avançando no sentido do equilíbrio orçamental e recorrendo a receitas extraordinárias para camuflar a sua incapacidade. Com este Governo, o país não se desenvolve, as finanças públicas não se equilibram, as pensões não convergem com o salário mínimo, o horizonte do desenvolvimento fecha-se.

Opinião

ENSINO SUPERIOR

ORÇAMENTO TRANSFERE MAIS CUSTOS PARA AS FAMÍLIAS



JOEL HASSE FERREIRA

O Orçamento de Estado para 2004 corta nos financiamentos do Ensino Superior público, transferindo mais custos para as famílias dos alunos, e retira apoios ao funcionamento das universidades e politécnicos, o que acarretará um agravamento das dificuldades já existentes no sector.

Assim o denunciam, em comunicado, os deputados do Partido Socialista que, a partir da análise das informações contidas na proposta do Orçamento e com base na discussão havida em sede de comissões especializadas, lamentam que o tão propagandeado aumento das verbas para a acção social escolar tenha sido um produto lógico da subida do valor das propinas.

Para os deputados socialistas, a "conclu-

são é clara". É que, explicam, "pelo segundo ano consecutivo, verifica-se uma quebra real no esforço público com o funcionamento do ensino superior".

"O Estado desinveste e transfere para os estudantes e suas famílias o preço a pagar por esse desinvestimento", reiteram os parlamentares do PS, para quem esta manobra terá o "efeito perverso" de aumentar a despesa com a acção social, aumentando a pressão inflacionista sobre a economia portuguesa.

Para o socialistas, o Governo retira 15 milhões de euros das transferências ao abrigo da fórmula de financiamento, para criar um fundo de contratos-programa, a ser atribuído de forma "menos equitativa e transparente".

O PIDDAC (zinho) da Educação

Entretanto, o PS/Algarve encarou com tristeza e preocupação o "indecoroso desinvestimento que este Governo pretende fazer na Educação, uma área vital para o desenvolvimento", quando o que era urgente era dar continuidade aos projectos e à construção de infra-estruturas, particularmente no pré-escolar e 1º ciclo. Questionando até quando os professores, os pais e os alunos vão suportar as afrontas de um Governo sem educação, o socialistas algarvios condenam o que consideram ser uma estratégia de risco para o futuro do País, que tudo sacrifica em nome do défice, "o bezerro de ouro de Manuela Ferreira Leite".

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

QUEBRA NO INVESTIMENTO DE 27 POR CENTO AMEAÇA REDE CIENTÍFICA

A proposta de Orçamento de Estado para 2004 prevê uma quebra de 27 por cento (menos 89 milhões de euros) relativamente ao ano passado no investimento em Ciência e Tecnologia. Esta a denúncia feita pelo Partido Socialista, que acusaram Durão Barroso de ter mentido prometendo um aumento de recursos onde só se registam cortes.

"Ao contrário do que o primeiro-ministro falsamente anunciou, os recursos públicos para o sistema de Ciência e Tecnologia baixarão de novo, e muito, em 2004", acusa a bancada do PS em comunicado.

"A dotação inicial de 2003 para investimento no sector de Ciência e Tecnologia era de 329 milhões de euros; a dotação proposta para 2004 é de 240 milhões", continuam os deputados socialistas, calculando em menos 89 milhões o investimento previsto.

Da sua análise à proposta orçamental do Executivo, o PS concluiu também que o Programa Operacional da Sociedade de Informação (POSI) deixará de constituir uma fonte de financiamento



relevante para o sistema de Ciência e Tecnologia.

"Dos 120 milhões contabilizados para 2003, no POSI, 96 milhões foram

considerados pelo Governo despesa de investigação e desenvolvimento. Ora, em 2004, estão inscritos, como receita da Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT) 17 milhões", aponta.

O PS, o único partido até à data a autonomizar em pasta ministerial própria a Ciência e Tecnologia, considera por isso que estão em perigo os apoios à Investigação e Desenvolvimento em tecnologias da informação e comunicação.

A FCT é um dos principais instrumentos de suporte financeiro a projectos de investigação, através de concursos e da atribuição de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento.

"Os 17 milhões não chegam para pagar o atraso e os compromissos já acordados para 2004", apontam.

O Grupo Parlamentar socialista teme também que a Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS), ou seja, a rede científica, a Internet nas escolas, as ligações entre bibliotecas públicas e os programas de acesso de cidadãos com necessidades específicas esteja ameaçada.

CARLOS LUÍS AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

POLÍTICA DO GOVERNO PARA AS COMUNIDADES PORTUGUESAS É CRIME DE LESA-PÁTRIA

O PSD quando está no Governo tem sempre como imagem de marca penalizar fortemente os nossos emigrantes espalhados pelo mundo. A acusação é do deputado e director do Departamento Nacional de Emigração do PS, Carlos Luís, que, em entrevista ao "Acção Socialista", passa em revista os principais pecados do orçamento para 2004 destinado às comunidades portuguesas, que considera ser um "embuste" e uma "falácia".

A reestruturação consular prejudicou os nossos emigrantes que se viram menos apoiados pelo Estado português. Neste contexto, como comenta o encerramento de embaixadas e consulados?

Portugal não tem consulados a mais, Portugal tem consulados a menos. E o PS tem autoridade para poder fazer esta afirmação, na medida em que quando fomos Governo abrimos cinco novos consulados e várias embaixadas espalhadas pelo mundo. O PSD, ao contrário, quando está no Governo tem sempre como imagem de marca penalizar fortemente os nossos emigrantes. Assim, logo no início da actual governação despediu sem apelo nem agravo cerca de 160 funcionários dos consulados e embaixadas, atrofando o seu normal funcionamento. Além de cortes orçamentais, esta medida levou ao encerramento de vários consulados e embaixadas devido às dificuldades geradas por esta vaga de despedimentos. Esta e outras medidas penalizaram como nunca as comunidades portuguesas.

Outra das matérias em que se verifica a ausência do Estado respeita ao apoio e ajuda aos emigrantes em situação difícil, cujos programas sociais, ASIC e ASEC, deixaram de ser aplicados. Que reflexos já teve este facto na vida dos nossos emigrantes carecidos de apoio?

O PS estendeu também a sua política de solidariedade durante os governos chefiados por António Guterres às comunidades portuguesas. Para o efeito, foram criados dois mecanismos sociais, um deles, o ASIC, que visa a assistência social aos emigrantes idosos e carenciados, com mais de 65 anos, através da atribuição de uma pensão social, de que beneficiam actualmente cerca de quatro mil portugueses. Mas verificámos que o ASIC só por si não dava resposta aqueles emigrantes que se confrontavam com determinadas situações de emergência social com menos de 65 anos. Por isso, criámos o ASEC, que é um programa de apoio social aos portugueses em situação económica difícil, por exemplo, um nosso compatriota que tenha sido vítima de crime organizado ou que tenha sofrido um acidente e que não tenha recursos

para fazer face às necessidades imediatas. O PS criou este instrumento social e dotou-o de uma dotação orçamental de cem mil contos em 2001, aconteceu que o PSD ganhou as eleições em 2002 e não aplicou um único cêntimo. Assim, quando na África do Sul no mesmo ano foram abatidos 28 portugueses nem um único cêntimo foi destinado aos familiares das vítimas. Também na Venezuela 317 portugueses viram arrasados os seus negócios e destruídas as suas casas, devido à agitação social, não tendo recebido qualquer tipo de apoio do Estado português, isto apesar do secretário de Estado das Comunidades se ter deslocado duas vezes àquele país com uma mão-cheia de promessas que nunca foram concretizadas. Ao contrário, é preciso lembrar, o Governo do PS, aquando das terríveis cheias na Venezuela, disponibilizou a maior quantia concedida até hoje aos cidadãos portugueses no estrangeiro, ou seja, um milhão de contos. São exemplos ilustrativos do enorme fosso existente entre as políticas do PS e do PSD direccionadas para as comunidades portuguesas na área social.

Relativamente ao ensino do português no estrangeiro assistiu-se um pouco por todo o lado à redução do número de professores e de cursos. Esta política não põe em perigo a continuação da promoção da língua portuguesa no estrangeiro?

Já está a pôr em perigo a difusão da nossa língua. Senão vejamos, em 1995 quando o PS chegou ao Governo o investimento no ensino era de 4,2 milhões de contos, passados cinco anos era de 8,3 milhões de contos. Ou seja, houve uma duplicação de verbas. Aumentámos o número de professores, de cursos e de alunos. Saliente-se que em cinco anos com os governos socialistas foi possível a mais de 20 mil alunos frequentarem aulas de ensino do português, além de levarmos pela primeira vez o ensino da língua de Camões a Andorra e à Namíbia e reforçarmos em todos os países com rede de ensino oficial. Também criámos coordenações de ensino na Holanda, Estados Unidos e Canadá, e regulámos com critérios de rigor e transparência a colocação de professores no estrangeiro. Também pela primeira vez foi com o



O PSD quando está no Governo tem sempre como imagem de marca penalizar fortemente as comunidades portuguesas

Governo do PS que os professores receberam formação específica a partir de 1998. Por outro lado, com o PSD no Governo, o ensino do português no estrangeiro sofre este ano um corte brutal de um milhão e 200 mil euros. Em todos os países de rede oficial foram dispensados professores, suprimidos cursos e muitos milhares de alunos ficaram sem aulas. Esta triste situação leva a que eu receba semanalmente cartas de encarregados de educação a protestarem pelo facto dos filhos não terem acesso ao ensino da língua e da cultura portuguesa. O que se passa com o Instituto Camões é vergonhoso, uma vez que os centros deste instituto não funcionam, os centros de língua também não, devido aos cortes orçamentais que asfixiam o normal funcionamento destas instituições. Portanto, daqui se conclui que para o PSD definitivamente a língua e a cultura portuguesa não constituem uma prioridade.

O Conselho das Comunidades Portuguesas na forma como está previsto o seu funcionamento não passará a ser uma caixa de ressonância do Governo, em vez de ter uma efectiva representatividade democrática?

É evidente que sim. O PS em 1995 prometeu durante a campanha eleitoral que se vencesse as legislativas apresentaria um projecto-lei de forma a que o Conselho das Comunidades Portuguesas fosse uma realidade e assente em três princípios fundamentais: que fosse eleito por sufrágio directo e universal, que fosse dotado de autonomia administrativa e financeira e

execução no final do ano fica muito aquém daquilo que foi orçamentado. Portanto, estamos perante um Orçamento em termos de PIDDAC direccionado para as comunidades que é uma autêntica falácia e um embuste, ao contrário do que acontecia com os governos do PS em que foram investidos muitos milhões de contos, nomeadamente na informatização consular, na aquisição de edifícios para os consulados e embaixadas, e na formação dos funcionários consulares e das missões diplomáticas.

As únicas verbas que sobem no orçamento são as destinadas ao gabinete do secretário de Estado das Comunidades. Qual a sua análise?

Efectivamente, as únicas verbas que sobem são as referentes ao gabinete do secretário de Estado e sobem assustadoramente, de uma forma que dá que pensar. Assim, com o PS, estas verbas eram de 874.978 euros, com o PSD passaram para 933.102, o que se traduz num aumento de 6,4 por cento. E para 2004 estão contemplados para o gabinete do secretário de Estado 47.809 euros, o que significa um aumento de 1,4 por cento. E para quê? Pois bem, pasme-se, cerca de 200 mil contos são para passear, distribuir umas medalhas e fazer uns almoços e uns jantares, como recentemente fez numa deslocação à Suíça, ao Luxemburgo e a França, acompanhado sempre por três membros do seu gabinete.

Como interpreta o facto de um número significativo dos nossos compatriotas no estrangeiro terem anunciado que vão renunciar à nacionalidade portuguesa e de algumas delegações de emigrantes terem colocado a bandeira nacional a meia-haste?

É uma atitude de desespero como nunca se viu e nem viveu nas comunidades portuguesas. Nunca os nossos compatriotas tinham ido tão longe, mesmo nos momentos mais difíceis e complicados da nossa história. Quando um português anuncia que vai renunciar à sua nacionalidade porque o Governo do seu país não lhe oferece as condições mínimas de cidadania, nos serviços prestados nos consulados e embaixadas, há um sentimento de revolta. E a forma de exprimir esse sentimento, como aconteceu na França, Alemanha e Namíbia, é anunciar a renúncia à nacionalidade portuguesa. Eu considero que é um crime de lesa-pátria aquilo que a política deste Governo está a fazer em relação às comunidades portuguesas. O movimento associativo na Alemanha quando do encerramento do consulado de Osnabruck decidiu colocar as bandeiras portuguesas a meia-haste em todas as associações existentes naquele país, como forma de protesto e de luto contra as políticas que este Governo está a levar a cabo. É uma revolta que eu sinto de uma forma muito profunda nos meus contactos regulares com os nossos compatriotas residentes no estrangeiro.

Afirmou que os números relativos ao PIDDAC apresentados pelo Governo eram uma falácia. Podia concretizar?

São efectivamente uma falácia, porque o Governo orçamenta uma determinada verba, já de si reduzida, prevê uma determinada estimativa, e depois a

REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DIPLOMAS SOCIALISTAS APROVADOS
BAIXAM À COMISSÃO

A Assembleia da República aprovou, na generalidade, os diplomas socialistas da reforma da Administração Pública, passando estes agora à discussão na especialidade em sede de Comissão, juntamente com os do Governo.

As propostas socialistas passaram com os votos favoráveis dos restantes partidos da oposição e a abstenção do PSD e do PP.

Na debate, realizado no passado dia 30 de Outubro, os deputados Alberto Martins e Fausto Correia acusaram o Executivo azul/laranja de pretender fazer uma reforma contra os trabalhadores do sector e sem sequer beneficiar os utentes.

"A Administração Pública portuguesa apresenta-se hoje, em termos gerais, numa encruzilhada onde reina a incerteza, fruto de uma política que não deixa antever qualquer preocupação consistente para além da obsessão de reduzir o défice orçamental", afirmou o ex-ministro da Reforma do Estado.

Lebrando que a reforma do sector "não tem datas marcadas" por consistir num "processo evolutivo e gradual", Alberto Martins acusou o Executivo de tentar encobrir a sua "desgovernança" usando a agitação da Administração Pública como "panaceia para todos os males".

"É que, ao avançar com uma catástrofe inexistente, para depois, sem fazer grande coisa, mostrar uma mão vazia de resultados, o Governo demonstra não só uma profunda ignorância sobre o que foi feito nos últimos anos, mas também



Os cidadãos têm de estar no centro das preocupações para que se possa fazer a reforma da Administração Pública

revela uma enorme desconsideração por dezenas de milhar de profissionais que, todos os dias, dão o melhor de si mesmos para que a Administração funcione de forma cada vez mais próxima e amiga dos cidadãos", declarou Martins, para depois deixar bem claro que a reforma do sector "tem que ser entendida como um processo permanente de promoção da qualidade dos serviços públicos, com os cidadãos no centro de todas as preocupações".

Outro pressuposto apontado pelo parlamentar socialista tem a ver com o facto de não se poder falar de uma Administração pública, mas de várias, com características específicas, e que, por isso, frizou "carecem de abordagens diferentes".

Por outro lado, Alberto Martins fez saber que o PS quer englobar no seu pacote legislativo o Projecto de Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, pretendendo com isto alertar o Governo para a "ausência

de qualquer anúncio da sua parte face a medidas que visem enquadrar, de forma sistemática e adequada, a actividade reguladora do Estado".

O deputado Alberto Martins chamou ainda a atenção do plenário para a preocupação socialistas com a "grave circunstância do Governo querer vender gato por lebre na sua Proposta de Lei de Enquadramento dos Institutos Públicos". "Na verdade, esse diploma configura acima de tudo uma fuga para o direito

privado, ou seja, a privatização sem controlo e regras de parcelas da Administração Pública", denunciou, para depois advertir que o PS não aceita um "contrabando da Administração Indirecta do Estado para proceder à privatização dos serviços públicos".

Por seu turno, o ex-secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, apontou para o congelamento salarial, a rescisão dos contratos de trabalho, os supranumerários, a alteração dos estatutos de aposentação e a subalternização dos sindicatos do sector como "erros injustificados", lembrando à ministra Manuel Ferreira Leite, presente no plenário, a herança que o PSD deixou ao governo do PS: "45 mil trabalhadores precários e cinco mil no quadro de excedentes".

A bancada socialista criticou fortemente as propostas de diploma do Governo de direita, acusando-o sobretudo de estar a tentar fazer uma reforma contra os funcionários públicos e de pretender privatizar serviços que asseguram necessidades sociais.

A votação na generalidade acabou por não reflectir o sentido das intervenções feitas ao longo do debate, mas José Magalhães explicou a situação pouco antes do fim da discussão, dizendo que o PS, apesar de estar contra as propostas do Executivo, iria abster-se esperando que a maioria fizesse o mesmo em relação às suas, de forma a que fossem todas discutidas na especialidade na Comissão. M.R.

CONTRA O "LAY-OFF"
NOS INSTITUTOS PÚBLICOS

A preocupação de dotar os Institutos Públicos de uma Lei-Quadro que estabelecesse um regime geral sobre a criação, reestruturação, fusão e extinção destes organismos, assim como as regras a que deve obedecer a sua organização, funcionamento e regime de pessoal, manifestou-se ao tempo do anterior Governo que em 2000 criou para o efeito um grupo de trabalho presidido pelo professor Vital Moreira. Das conclusões constantes do relatório então apresentado era inquestionável a necessidade e oportunidade de uma Lei-Quadro para os Institutos Públicos. Na anterior legislatura, em 2001, o Executivo socialista apresentou uma proposta de lei que autorizava o Governo a legislar nesta matéria, diploma que após ter sido discutido na generalidade, baixou à primeira Comissão, não tendo chegado a ser votado.

Já este ano o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, recuperando o diploma do anterior Governo socialista, apresentou o seu projecto, cuja discussão na generalidade ocorreu juntamente com idêntica proposta do Governo, mas cujos princípios e pressupostos correspon-



dem a filosofias distintas.

"O que o Governo pretende é completamente diferente daquilo que nós pretendíamos. Os nossos motivos tinham a ver com a necessidade de regulamentar a actividade dos Institutos e aquilo que hoje se pretende é exactamente o contrário. É criar condições para alienar, empresariando as responsabilidades do Estado", denuncia Artur Penedos.

Autor de um relatório/parecer sobre a proposta do Governo nesta matéria, este deputado entende que as soluções normativas encontradas pelo Executivo não "asseguram o imperativo constitucional da segurança no emprego, antes pelo contrário, generaliza a possibilidade de ocorrência de desigualdades relativas, de maior precarização dos vínculos laborais na Administração Pública e, inclusivamente,

o recurso ao despedimento dos trabalhadores". Em declarações ao "Acção Socialista", Artur Penedos foi mais longe ao afirmar que "o que se pretende é introduzir nos Institutos Públicos o *Lay off*", enquanto a "nossa política e as nossas propostas foram sempre no sentido de nunca permitir que se tornasse possível este tipo de situações na Administração Pública."

O que se constata na proposta de lei do Governo é que "vai tudo no sentido de, por um lado, empresariar os Institutos Públicos, e, por outro, criar condições para que a esses institutos seja aplicado unicamente o regime do contrato individual de trabalho, precarizando a situação dos trabalhadores" sublinha. Segundo Artur Penedos há outro perigo decorrente dos objectivos do Governo, e que respeita à privatização de um conjunto de serviços da área da administração pública. "É certamente a privatização não vai ser aquilo que não faz sentido sob o ponto de vista da rentabilidade para os empresários. O que vai interessar é, por exemplo, na área da saúde a privatização, dos meios auxiliares de diagnóstico e outros. Eventualmente, a formação na área da

educação, e ao nível da justiça, o notariado", denuncia.

Se a questão fundamental no que concerne à Lei-Quadro dos Institutos Públicos é a porta que o Governo abre à privatização de sectores desses institutos e ao recurso generalizado do contrato individual de trabalho, no âmbito do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública é preciso denunciar que o Governo se prepara para acabar com os concursos para directores e chefes de divisão. Esta situação, segundo Alexandre Rosa, antigo secretário de Estado da Administração Pública, "corresponde a um retrocesso e ao regresso da partidarização da Administração Pública".

Recorde-se que na sessão parlamentar do passado dia 30 de Outubro, juntamente com as propostas do Governo, foram também aprovados, na generalidade, três projectos socialistas na área da Administração Pública e que versam o estabelecimento de regimes jurídicos relativos ao estatuto do pessoal dirigente, à organização dos serviços de administração directa do Estado e à Lei-Quadro dos Institutos Públicos.

A SEGURANÇA EM CRISE

Se em Abril de 2002, quando o Governo do PSD e do CDS-PP tomou posse, alguém vaticinasse que a área da administração interna, com as componentes de segurança, protecção e socorro, seria das mais frágeis desse Executivo correria certamente o risco de ser olhado de soslaio. Quem poderia prever que, num Governo liderado por Durão Barroso e ideologicamente conduzido por Paulo Portas, estas áreas estariam em permanente crise? Quem poderia antecipar o estado de declínio a que hoje assistimos estupefactos?

Quando observamos o quotidiano do Ministério da Administração Interna a sensação que temos é a de que se vive ali em crise permanente. Praticamente não há um dia em que não se verifique uma qualquer situação em que seja posta em causa a gestão, ou a política, ou a estratégia do Governo. Ora são os agentes da PSP que se manifestam contra as condições de trabalho, ou os bombeiros que protestam contra qualquer coisa. Ora são os guardas da GNR que realizam acções de sensibilização contra promessas não cumpridas, ora são atentados em Nassíria que põem em causa decisões precipitadas e assentes em pressupostos inexistentes, designadamente no que se refere ao envio de militares da GNR para o Iraque. Uma vez é a morte de profissionais das forças de segurança em serviço, em circunstâncias que fazem reflectir sobre os meios e os equipamentos de que dispõem para desempenhar as suas missões; outras vezes é o pingue-pongue de acusações entre chefias e sindicatos, com desautorizações mútuas que não servem ninguém.

Isto para não falar dos incêndios do Verão, influenciados por uma deficiente preparação da campanha, em termos que já fizeram rolar cabeças. Ou do incumprimento de promessas de valorização salarial dos agentes das forças de segurança: lembramo-nos bem do célebre subsídio de risco para a PSP, prometido pelo primeiro-ministro antes e durante a campanha eleitoral. Muitas outras situações, na área da imigração, das polícias, do combate à sinistralidade rodoviária, poderiam ser enunciadas.

Esta situação de permanente crise e de persistente dúvida sobre o rumo que leva o Governo tem como pano de fundo um preocupante cenário de aumento de criminalidade.

Os números não são ainda claros, mas já há sinais. Os recentes fenómenos na Linha de Sintra aí estão para nos alertar. Perante tudo isto, o que faz o Governo? Desinveste, naturalmente!

A proposta de Orçamento para 2004 na área da administração interna é decepcionante.

As dotações orçamentais do ministério demonstram que o Governo se resignou perante a alta probabilidade de os índices de insegurança dos portugueses e os níveis de desmotivação dos profissionais das forças de segurança aumentarem. A dotação global do ministério decresce 1,5 por cento em relação à dotação inicial prevista para 2003. Este decréscimo tem obviamente consequências ao nível das dotações de cada um dos organismos no ministério. Consequências que poderão ser graves, por exemplo, na PSP onde há um decréscimo nominal de 6 por cento ou na GNR onde há um acréscimo nominal de 1,7 por cento que se traduz, na verdade, num decréscimo real, dada a taxa previsível da inflação. Consequências porventura graves, também, na Direcção-Geral de Viação, importante vector do combate à sinistralidade rodoviária, que mantém verba igual à que dispunha no ano passado. Pelos vistos, para o Governo, a sinistralidade rodoviária não merece sequer um sinal de prioridade. Consequências igualmente graves no sector dos bombeiros e protecção civil onde os incêndios de Verão parecem não ter servido de lição para o Governo. Praticamente nenhum dos investimentos que se sabe que terão de ser feitos em recursos humanos e em equipamentos tem qualquer expressão ao nível orçamental.

O Governo do dr. Durão Barroso e do dr. Paulo Portas estão a candidatar-se ao "troféu" de Governo menos atento às questões da segurança da década.

Se continuarem nesta via, vão seguramente conquistá-lo.

Isso pode ser uma surpresa para muitos, mas resulta de uma reiterada e insofismável opção do Governo, definida pelo primeiro-ministro e tacitamente aceite por Paulo Portas. Não é resultado de meras incapacidades sediadas no MAI. A descida real do Orçamento do MAI no ano em que se realiza o Euro 2004, no momento em que os indicadores de insegurança parecem estar em ascensão mais pronunciada do que no passado e na ocasião em que os índices de desmotivação e de dificuldades operacionais dos membros das forças de segurança, só pode resultar de uma opção deliberada e assumida do chefe do Governo. É a ele que terão de ser assacadas as principais responsabilidades por desenvolvimentos negativos nesta área. O Governo negligencia esta área a coberto do facto de os portugueses estarem hoje muito apreensivos com a economia, o desemprego, e a saúde, e de os problemas de segurança não estarem tão salientes nas suas preocupações. Trata-se de uma opção errada, que pode ter consequências graves. Portugal é, ainda hoje, um país razoavelmente seguro quando comparado com outros países da União Europeia. Até quando?



VITALINO CANAS

COORDENADOR DO GPPS
PARA OS ASSUNTOS
DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Pelourinho da República



«Sinto-me no centro.»

Manuel Monteiro
Expresso, 15 de Novembro

«O subdesenvolvimento é uma atitude mental.»

João Carlos Espada
idem

«Vejo muitas vezes imagens de santas a chorar. Para mim isto é muito natural. Costumo dizer que o primeiro milagre acontece quando alguém me paga.»

José Nogueira Coelho, restaurador de imagens
idem

«Primeiro, os países nos quais os comunistas no poder [China, Cuba, Vietname, Laos e Coreia do Norte] insistem em que o seu verdadeiro objectivo é a construção de uma sociedade socialista. Apesar de por caminhos diferenciados, complexos e sujeitos a extremas dificuldades, é essencial para a humanidade que alcancem com êxito tal objectivo.»

Alvaro Cunha sobre a liderança do combate ao capitalismo
Público, 16 de Novembro.

«O rei D. Miguel deportou para a Índia um afilhado seu que abusou sexualmente das crianças da Casa Pia. Isto é interessante, permite ver que nem tudo na República é mais célere que na Monarquia, e que os reis, mesmo absolutistas, percebiam que nem os seus afilhados e compadres tinham o direito de abusar dos que viviam ao cuidado da realeza, na real Casa Pia.»

Catalina Pestana
Público, 9 de Novembro

«Falava-se das idas à Lua, o que era muito excitante, e um colega do mestre Américo decidiu fazer um 'spuhnik'. Construiu uma nave espacial com caixote do lixo e, numa noite, disse ao mestre Américo: "A minha nave está pronta pá, cobre-me ao jantar, saca-me o pão e a fruta, e se eu não voltar é porque estou na Lua"»

idem

«Há histórias mirabolantes, como a de dizerem que eu estava a "ver" o Paulo Pedroso "fazer" e um outro socialista a "filmar". Coisas absolutamente extraordinárias!»

Ferro Rodrigues
Visão, 13 de Novembro

«Eu estou muito radicalizado. Ando a ler o Marx, Lenine... Ando virado com isto tudo. A situação é de tal ordem que é de prever que vem aí uma época de grandes convulsões. A música seguirá de carruagem nesse comboio, não mais do que isso.»

José Mário Branco
idem

AGENDA PS

ORGÃOS NACIONAIS

Dia 20 de Novembro – às 21h30 – Reunião da Comissão Política, no Largo do Rato. Em agenda a análise da situação política e a preparação da Convenção Europeia de Fevereiro.

Dia 26 de Novembro – Reunião conjunta do Secretariado Nacional com os presidentes das Federações.

SECRETÁRIO-GERAL

Dia 22 de Novembro – às 17h30 – Ferro Rodrigues preside à sessão de encerramento da Convenção Autárquica de Sintra.

MULHERES SOCIALISTAS

Dia 25 de Novembro – Sónia Fertuzinhos e Ferro Rodrigues assinalam o Dia Mundial contra todas formas de violência sobre as mulheres visitando uma casa-abrigo de vítimas de maus tratos.

Dia 27 de Novembro – Reunião da direcção do departamento com organizações não-governamentais de mulheres.

FEDERAÇÕES

ALGARVE

Dia 21 de Novembro – às 21h30 – Reunião conjunta das assembleias gerais de militantes das secções de Silves e S. Bartolomeu de Messines, na sede de Silves.

Dia 22 de Novembro – às 20h30 – Reunião conjunta das assembleias gerais de militantes das secções de Sagres e Vila do Bispo.

BAIXO ALENTEJO

Dia 23 de Novembro – às 11h00 – Encontro de autarcas socialistas

das assembleias municipais, no Centro Cultural de Barrancos.

PORTO

Dia 28 de Novembro – às 21h30 – Debate com Manuel Maria Carrilho

VILA REAL

Dia 24 de Novembro – às 21h00 – Comissão Política Distrital com a presença de Vieira da Silva em Chaves.

VISEU

Dia 24 de Novembro – Reunião do Secretariado da Federação.

CONCELHIAS

AMARANTE

Dia 22 de Novembro – às 9h30 – Convenção Autárquica Vale Tâmega e Sousa, em Teixeira Pascoaes-Amarante.

GAIA

Dia 25 de Novembro – às 21h30 – Debate subordinado ao tema "Reforma de Sistema de Ensino", no auditório da Assembleia Municipal de Gaia, com Augusto Santos Silva.

Dia 29 de Novembro – todo o dia – Convenção Autárquica de Gaia, no auditório da Assembleia Municipal de Gaia.

MARCO DE CANAVEZES

Dia 25 de Novembro – das 21h00 às 23h00 – Acção/Formação para Jovens Autarcas de Marco/Penafiel/Baião.

SANTARÉM

Dia 21 de Novembro – Reunião da Comissão Política da Concelhia de Santarém. Em agenda: tomada de posse dos novos membros, eleição do Secretariado e discussão da proposta de regimento.

PAÇOS DE FERREIRA

Dia 25 de Novembro – das 21h00 às 23h00 – Acção/Formação para Jovens Autarcas de Paços Ferreira/Paredes.

PORTIMÃO

Dia 3 de Dezembro – às 21h30 – A educação é o tema para novo colóquio desta Concelhia, com a participação de Augusto Santos Silva.

PORTO

Dia 28 de Novembro – às 21h30 – Debate sobre o Metro do Porto, na Junta de Freguesia de Valbom.

TROFA

Dia 22 de Novembro – às 15h00 – Magusto na Trofa, com Jorge Coelho, na Freguesia de Guidões, junto à igreja, no concelho de Trofa

CARREGAL DO SAL

Dia 22 de Novembro – às 17h00 – Reunião da Comissão Política Concelhia de Carregal do Sal.

SECÇÕES

BENFICA

28 de Novembro – Jantar comemorativo dos 30 anos da Secção.

UM TABU NA EUROPA

O combate contra a violação da concorrência, a "eliminação do turismo dos combustíveis" e o fornecimento ao cidadão europeu dos bens e serviços em condições de igualdade implicam, mais cedo ou mais tarde, a harmonização fiscal.

A harmonização fiscal é rejeitada pela maioria dos Estados-membros da União Europeia, pelo que é hoje, enquanto fim, um verdadeiro tabu.

Apesar disso, alguns "visionários" aproveitam as oportunidades que surgem para criar, progressivamente, um ambiente favorável a uma evolução política nesse sentido.

Neste quadro, merece especial relevo o comissário Bolkestein que, com o pretexto do princípio do "bom funcionamento do mercado interno", estatuído no art.º 93º do Tratado, tem apresentado diversas propostas de directiva que obedecem a essa orientação.

Ainda recentemente o fez, com êxito, no que ao Parlamento diz respeito, a propósito da tributação sobre o automóvel e sobre os combustíveis.

O mercado de viaturas de passageiros está hoje fragmentado, na União Europeia, em 15 segmentos nacionais completamente diferentes, o que gera distorções e penalizações sentidas não apenas pelos cidadãos mas também pela própria indústria produtora de automóveis.

Ora a razão essencial desta situação encontra-se na desigual política de tributação aplicada ao automóvel em cada um dos países membros da União.

O diferencial da carga fiscal sobre o automóvel nos 15 Estados-membros chega a atingir no imposto de circulação a relação de um para 15.

Não é fácil proceder a uma total harmonização nos anos próximos, até porque se conhece que alguns Estados tributam o automóvel, menos preocupados com o seu impacto ambiental negativo do que com o volume das receitas fiscais que podem canalizar para os respectivos orçamentos. Trata-se, pois, de uma situação intolerável para o regular funcionamento do mercado interno e, além do mais, insustentável tendo em conta os compromissos ambientais da União Europeia, no quadro do protocolo de Quioto.

Ao propor uma harmonização progressiva no imposto de registo e no imposto de circulação automóvel a Comissão deu corpo a estas preocupações.

Poderia ter-se avançado mais nas propostas de reforma do imposto anual de circulação, conjugando-as com uma supressão mais rápida do imposto de registo...

Mas... não está ainda em causa eliminar totalmente a concorrência em matéria de tributação automóvel entre os Estados-membros.

O que está em causa é a necessidade de favorecer a rápida concretização do mercado único, no que isso implica de positivo para os cidadãos e para as empresas e de colocar mais uma peça no edifício da harmonização da tributação indirecta e dos impostos especiais.

Por isso, as iniciativas da Comissão em matéria de harmonização fiscal dos veículos automóveis e dos combustíveis têm, de uma maneira geral, razão de ser e são positivas.

Tem razão de ser porque, como se viu, constituem um elemento essencial para o bom funcionamento do mercado interno e são positivas porque valorizam também uma abordagem do impacto ambiental da circulação automóvel.

Os veículos automóveis são hoje elementos essenciais de mobilidade, de pessoas e de bens, e, nesse sentido, factores essenciais à competitividade da economia europeia.

O transporte e a mobilidade são factores determinantes no preço dos bens e dos serviços, pelo que é fundamental que não constituam, em circunstância alguma, elementos de violação da concorrência.

Com o actual regime de impostos estes objectivos não podem ser conseguidos.

O combate contra a violação da concorrência, a "eliminação do turismo dos combustíveis" e o fornecimento ao cidadão europeu dos bens e serviços em condições de igualdade implicam, mais cedo ou mais tarde, a harmonização fiscal.

Harmonização que, no entanto, não poderá ser um instrumento usado pelos governos para aumentar a carga fiscal.

Por isso, também, este é um caminho político particularmente vulnerável que deve ser trilhado com cautela e ponderação.

Só que a cautela e ponderação não podem ser confundidas com a defesa intransigente e inadequada de privilégios fiscais que alguns Estados-membros fazem e que, no contexto da actual integração europeia, devem começar a ser ultrapassados.



MANUEL DOS SANTOS

Visto de Bruxelas

MÁRIO SOARES

SERIA UMA TRAGÉDIA PARA PORTUGAL SE A CONSTITUIÇÃO FOSSE REJEITADA

"Seria uma tragédia total se Portugal perdesse agora o seu lugar na Europa, rejeitando a Constituição europeia, ou que houvesse um recuo na proposta que está em discussão", afirmou o eurodeputado Mário Soares, num debate sobre o futuro de Portugal na Europa, promovido pela Federação Distrital de Santarém do PS.

Para o eurodeputado, um recuo na proposta de Constituição que agora está em apreciação na Conferência Intergovernamental, "seria gravíssimo", porque a Europa tem de ter um papel fundamental na ordem mundial, e constituir um contrapeso de forma a evitar o risco "de novas guerras mundiais a prazo".

Na sua opinião, não vale a pena estar a discutir problemas técnicos, a que se agarram os que não têm uma visão de conjunto, sublinhando que o que interessa neste momento são "as grandes linhas, a visão de futuro". O ex-Presidente da República contestou também posições como a do constitucionalista Jorge Miranda, que se mostrou muito indignado por se mexer na Constituição portuguesa, quando ela já levou recentemente outros "toques", como aconteceu a propósito da adesão ao euro e ao Tribunal Penal Internacional. "Há países que têm muito mais a perder que Portugal e, contudo, estão dispostos a avançar porque acham que lhes é útil", considerou. "O futuro de Portugal é na Europa, mas



temos de avançar e de recuperar, porque o país já perdeu o seu lugar à frente da Grécia e agora é o 15º da União Europeia, a 'lanterna vermelha' dos actuais países da União Europeia e que até está pior do que alguns dos países candidatos", afirmou.

Soares considerou ainda que Portugal precisa de uma elite científica e profissional, sendo para isso necessário fazer um grande esforço de investimento na educação, ciência e cultura.

Em resposta a uma pergunta do deputado Jorge Lacão, considerou ainda que "seria um perfeito disparate"

Portugal ter os Estados Unidos da América como aliados preferenciais, já que "seria uma grande contradição estar na União Europeia e à sombra de Washington". "Devemos ter um bom relacionamento com os Estados Unidos, mas não ser seu súbdito ou vassalo", afirmou.

Lage defende projecto de Constituição

Por seu turno, o presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos Lage, defendeu na última sessão plenária que o projecto de Constituição europeia "não deve voltar a ser escrito e os bloqueios devem ser superados longe dos egoísmos nacionais, eles sim, capazes de pôr em causa o futuro da Europa". Neste sentido, Carlos Lage sublinhou a necessidade e a conveniência de se concluírem até 5 de Dezembro todas as negociações para alteração da proposta elaborada pela Convenção, de forma a que possa ser assinada em Roma no início de 2004.

O eurodeputado lamentou também "os preocupantes retrocessos" que se têm verificado a nível das negociações da CIG: "Se este impasse prevalecer, será o toque de finados para o novo texto que se pretende que inaugure uma nova era da construção europeia", alertou.

ANTÓNIO GUTERRES

UNIÃO DEVE CAMINHAR NA VIA FEDERALISTA

A União Europeia deverá caminhar para um modelo mais federal, com respeito pela identidade nacional de cada Estado-membro, em contraponto com o actual governamentalismo, defendeu o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, no congresso dos sociais-democratas alemães, em Bochum.

António Guterres, que discursou no congresso que reelegeu o chanceler Gerhard Schroeder para mais um

mandato à frente do SPD, considerou que apenas "uma União Europeia unida poderá ter força no quadro internacional" e falou também das prioridades políticas que a actualidade impõe.

Neste sentido, criticou a prioridade que os governos ocidentais dão às questões financeiras, em detrimento das sociais e ambientais. Para Guterres, é de lamentar que, na actualidade, as finanças estejam em primeiro lugar,

acompanhadas depois da economia. "As questões sociais ficam sempre para trás e em último lugar fica o ambiente. Esta não pode ser a visão dos socialistas e sociais-democratas", considerou. O presidente da Internacional Socialista defendeu ainda uma aliança internacional entre todas as forças progressistas a nível mundial, tendo em vista lutar por valores como o respeito pela pessoa humana e o multilateralismo, em que as Nações Unidas desempenhem um papel central".

ELEIÇÕES EUROPEIAS

FAUL ACUSA PSD E PP

DE OPORTUNISMO E INCOERÊNCIA POLÍTICA

"Mais uma manifestação de oportunismo e incoerência política", é como a Comissão Política da FAUL classifica "o anúncio de que o PSD e PP concorrerão coligados ao Parlamento Europeu".

Defendendo que o PS deve ter uma "posição claramente favorável" à realização de uma consulta popular sobre a Constituição europeia, a FAUL "discorda em absoluto", no entanto, da realização do referendo em simultâneo com as eleições europeias.

Para a FAUL, "a coincidência dos dois momentos seria redutor para o debate político e impediria a afirmação das diferenças entre os partidos em relação às eleições europeias".

Lembrando que a CIG termina em Abril de 2004, a FAUL considera que "um referendo apenas dois meses depois contraria o apelo do Presidente da República no sentido de serem desenvolvidas acções de esclarecimento sobre a Convenção Europeia, capazes de não

reduzir o debate a questões como o número de comissários ou o Presidente da Europa". E acrescenta: "Estes aspectos são importantes mas a construção europeia é muito mais do que isso".

Neste contexto, a FAUL "assume desde já o compromisso de desenvolver um conjunto de iniciativas de debate e de esclarecimento sobre a Convenção Europeia" e "apela aos órgãos de Comunicação Social para que se empenhem neste esclarecimento".

CARLOS LAGE

GOVERNO PERDEU MUITO TEMPO A DECIDIR AVANÇAR COM A ALTA VELOCIDADE

"Há muito tempo que os projectos de transportes de alta velocidade ferroviária em Portugal deveriam ter avançado", considera o presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos Lage, um dos eurodeputados socialistas que mais de perto têm acompanhado esta questão. Ainda há cerca de três semanas dirigiu à Comissão Europeia uma pergunta para saber se eram ou não verdadeiros os rumores que circulavam sobre a exclusão dos projectos ferroviários de alta velocidade para Portugal da lista das prioridades que o Executivo Comunitário se preparava para divulgar, insurgindo-se contra aquilo a que chamou "a marginalização da Península Ibérica".

O eurodeputado considera que o Governo perdeu muito tempo, primeiro com a opção e depois com a planificação. "Há muito tempo que a ligação de Portugal ao resto da Europa através das linhas de alta velocidade já

devia estar decidida. Este Governo atrasou-se dois anos", acusa.

Segundo explica Carlos Lage, primeiro imperou algum ceticismo e divisão das opiniões e isso levou a que se planificasse também já tarde o modelo de TGV e a sua articulação com Espanha, país onde, entretanto, foi sendo construída uma rede ferroviária a partir de Madrid, particularmente em direcção a Barcelona, troço em que os trabalhos estão mais adiantados.

A consequência deste atraso - afirma o eurodeputado -, é que agora temos de nos sujeitar à decisão que foi tomada por Espanha, obrigando-nos a negociar algumas compensações, como acontece com o traçado Aveiro-Salamanca.

Para Carlos Lage, a linha prioritária que há muito tempo já devia ter avançado é a de Porto-Lisboa, precisamente por ser aquela que iria servir os dois pólos urbanos onde se concentra a maior percentagem da população portuguesa, o que facilitaria enormemente as troças



e a circulação de pessoas. "O Governo e todos nós devemos lutar para que esta ligação seja considerada prioritária pela Comissão Europeia", afirma.

O presidente da delegação portuguesa considera que a construção da linha de alta velocidade em Portugal é da maior importância, porquanto evita a periferização do país e nos coloca em circunstâncias de igualdade em relação ao resto das regiões da União Europeia, onde a alta velocidade está em expansão.

"Por toda a União o TGV é um sucesso, não só pela facilidade que comporta em termos de mobilidade, mas também porque retira das auto-estradas muitas viaturas, descongela o espaço aéreo e é menos poluente", afirma.

Além de todas estas vantagens, Carlos Lage refere que o TGV é também muito importante, porque vai criar emprego e incentivar a actividade económica, dinamizando vários sectores, da indústria à construção civil. P.P.

MANUEL DOS SANTOS

AGÊNCIAS EUROPEIAS DEVEM MANTER REPRESENTATIVIDADE DOS ESTADOS

O número de membros nos Conselhos de Administração das diversas agências europeias não deve ser reduzido de tal forma que a representatividade dos Estados-membros fique em causa, defendeu o eurodeputado Manuel dos Santos na última sessão plenária de Bruxelas.

"Assegurar o princípio da representatividade em condições de plena igualdade para todos os Estados-membros é absolutamente indispensável", afirmou Manuel dos Santos que, não obstante, considerou haver legítimas preocupações quanto à necessidade de repensar

a composição daqueles organismos numa Europa alargada, dado que actualmente cada Estado-membro está neles representado.

Para o eurodeputado, o Parlamento Europeu deve reflectir cautelosamente sobre a verdadeira natureza das opções a tomar, de forma a que possa ser garantido que "em nenhuma circunstância" prevaleçam critérios "meramente economicistas ou de discutível funcionalidade", à custa da participação de alguns Estados, nomeadamente de Portugal.

Existem na União Europeia doze agências comunitárias especializadas e

descentralizadas, que têm entre os seus objectivos principais responder às necessidades de desenvolver *know-how* científico e técnico em determinadas áreas bem definidas. São exemplo disso, as agências europeias do Ambiente, sediada em Copenhaga, da Avaliação de Medicamentos, em Londres, ou a de Reconstrução, em Salónica. Em Lisboa está sediado o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodpendência.

Até ao final de 2004 deverão estar em funcionamento três novas agências: segurança alimentar, segurança marítima e segurança na aviação.

HELENA TORRES MARQUES

CARTÕES ELECTRÓNICAS CONTINUAM A SER OS MAIS CAROS DA UNIÃO

Portugal continua a ser o país da União Europeia em que os custos da utilização de cartões de crédito e de débito é maior, não obstante as repetidas denúncias que têm vindo a ser feitas, designadamente pela eurodeputada Helena Torres Marques que, perante a inalteração da situação, quer agora saber quem, em Portugal, controla o cumprimento das decisões naquela matéria. Numa pergunta dirigida à Comissão Europeia, a eurodeputada lembra uma decisão de Bruxelas de 2002 que fixou para a rede VISA os valores máximos cobráveis na Zona Euro, sublinhando que aqueles montantes deveriam ser "naturalmente mais baixos" nas transacções dentro de cada país, em virtude, entre outras coisas, dos menores custos das comunicações telefónicas internas. "Quem é, pois, o responsável pela aplicação da referida decisão em Portugal", pergunta a eurodeputada, chamando a atenção para o facto de no nosso país apenas existir uma sociedade, a UNICRE, através da qual se processam praticamente todas as operações com cartões bancários.

SÉRGIO SOUSA PINTO

NEOLIBERALISMO PROVOCOU ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA

"As políticas neoliberais são as principais responsáveis pela actual situação de estagnação e de baixo crescimento económico mundial", afirmou Sérgio Sousa Pinto durante a discussão do tema "Globalização" que teve lugar na reunião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu.

As declarações foram feitas no âmbito da discussão de um relatório sobre a globalização, cujo relator será o ex-primeiro-ministro dinamarquês Poul Nyrup Rasmussen.



Sousa Pinto defendeu a necessidade de se construir uma alternativa política e económica orientada para o crescimento e para emprego na Europa, que sublinhe o fracasso dos modelos neoliberais, hoje totalmente desacreditados do ponto de vista doutrinário e político.

O eurodeputado alertou ainda para a importância de esclarecer aspectos como o papel das bolsas na economia da União Europeia e a relação entre o pacto de Estabilidade e Crescimento e os objectivos da "Estratégia de Lisboa".

FUTURO DA ESQUERDA EUROPEIA EM DEBATE NO PORTO

"O futuro da Esquerda na Europa", é o tema de uma série de conferências que o líder da distrital do PS-Porto, Francisco Assis, o eurodeputado Carlos Lage e o deputado Manuel Maria Carrilho estão a organizar e que contará com a presença de diversos intelectuais e políticos europeus.

O ciclo de conferências, que decorrerá no Porto, será apresentado no próximo dia 28 pelo deputado Manuel Maria Carrilho, estando já asseguradas as presenças de nomes como Daniel Cohn-Bendit, protagonista dos acontecimentos que marcaram o Maio de 68 e actualmente eurodeputado do partido alemão "Os Verdes", o comissário António Vitorino, o presidente da Câmara de Roma, Walter Veltroni, o politólogo francês Zaiki Laidi.

Para Carlos Lage, trata-se de reflectir sobre os actuais problemas com que a Esquerda europeia se defronta, como o funcionamento dos sistemas políticos, os desafios das sociedades modernas, o futuro da Europa e a sua posição no mundo.

Estas conferências são abertas a todos os que nelas queiram participar.

PS/PENAFIEL ALERTA**AUTARQUIA COMPROMETE REDE DE SANEAMENTO**

O PS/Penafiel censurou e reprovou um "despacho precário" da presidência da Câmara Municipal que alterou o programa e caderno de encargos do concurso para concessão e exploração da rede de saneamento local. Em comunicado, os socialistas de Penafiel consideraram que uma tão súbita mudança de estratégia, a meio do referido concurso público, "põe em causa a segurança jurídica e a protecção de confiança, bem como o princípio da estabilidade das regras", traduzindo-se, por isso, numa "violação clara da legalidade" que afecta directamente a prossecução do interesse dos municípios. Assim, o PS/Penafiel responsabiliza o executivo e a assembleia municipal pelas consequências que daí advierem, reservando-se o direito de dar parte deste processo as entidades fiscalizadoras da acção autárquica, nomeadamente a IGAT e ao Tribunal de Contas.

Os socialistas penafielenses defendem a cobertura integral do concelho com uma rede de saneamento o mais rapidamente possível, mas, ressaltam, "sem atropelos à lei".

PS/VILA VERDE DENUNCIA**FECHA OS OLHOS À DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DE CABANELAS**

O antigo campo de jogos de Cabanelas, propriedade municipal, está "transformado num matagal por onde escorrem esgotos a céu aberto", mas a edilidade fecha os olhos à realidade permitindo a degradação deste espaço. A denúncia foi feita pelo presidente da Comissão Política do PS na localidade, Luís Filipe Silva, que sublinha, em comunicado, que esta propriedade é "um verdadeiro concentrado de poluição".

Além da poluição em Cabanelas, os socialistas de Vila Verde apontam ainda outros alegados focos de abandono ou degradação ambiental da responsabilidade daquela autarquia laranja, nomeadamente o barracão da praia fluvial da Ponte Nova e as lagoas de Cabanelas e Carvalhinhos. Enumera ainda os focos de poluição no rio Homem e a rejeição de responsabilidades nos processos de licenciamento de pedreiras e responsabiliza a câmara por nada fazer perante a proliferação de sucatas a céu aberto e sem qualquer respeito pela legislação em vigor.

O PS/Vila Verde assegura que "não existe qualquer garantia quanto à qualidade da água da rede pública".

VEREADOR DO PS CRITICA AVALANCHA DE ACESSORIAS NA CÂMARA DE SETÚBAL

A recente contratação pela Câmara de Setúbal, de maioria comunista, de uma assessoria do antigo presidente do município de Loures, Demétrio Alves, foi alvo de fortes críticas do vereador socialista Catarino Costa. O vereador do PS, que falava na sessão pública de câmara, salientou o facto de a autarquia ter actualmente "75 avançados, não obstante as dificuldades financeiras, que são constantemente referidas pelo presidente da Câmara de Setúbal, Carlos Sousa, eleito pela CDU". "É um número muito grande que, em alguns casos, só tem uma justificação político-partidária", disse Catarino Costa, acrescentando que, para além de Demétrio Alves, também foi contratada, há cerca de seis meses, uma assessoria com o ex-vereador da Câmara de Lisboa Rui Godinho.

CONCELHIA DE LISBOA REAFIRMA**CONSTRUÇÃO DO TÚNEL DO MARQUÊS É ERRO TRÁGICO**

A construção do túnel do Marquês voltou a ser criticada pela Concelhia de Lisboa do PS, que considerou "um erro trágico", defendendo antes a criação de parques dissuasores e faixas "bus" em vez de "uma auto-estrada" para entrar na capital.

Para os socialistas de Lisboa, a construção daquela nova infraestrutura, decidida por Santana Lopes, que consideram "um verdadeiro crime" contra a cidade, vai atrair mais automobilistas, aumentar o desordenamento do trânsito e do estacionamento e agravar a qualidade do ar, já que esquece as questões ambientais.

"Com esta obra, que é uma auto-estrada para entrar em Lisboa, os milhares de automóveis que entram em Lisboa vão duplicar. O presidente da Câmara está a fazer precisamente o contrário do que prometeu nas eleições. Em vez de retirar os carros está a aumentar",



acusou o líder da Concelhia de Lisboa, Miguel Coelho.

O PS/Lisboa defende que o dinheiro da obra devia ser canalizado para a construção de parques dissuasores e de mais faixas para "bus", de forma a incentivar o uso do transporte colectivo em detrimento do particular.

Gastos com remodelação do Parque Mayer

Entretanto, a Concelhia de Lisboa manifestou também a sua preocupação com o processo de remodelação do Parque Mayer. Esta estrutura socialista pretende saber com exactidão todas as despesas já efectuadas e ter acesso a todos os contratos celebrados pela Câmara ou por qualquer empresa municipal com o arquitecto Frank Gehry.

A Concelhia de Lisboa considera "inaceitável" que a Câmara não clarifique esta situação e que para o processo não se vislumbre uma solução coerente. "Os socialistas não estão contra a remodelação do Parque Mayer nem contra a contratação de Frank Gehry, mas exigem ver esclarecidas todas estas questões, em particular os gastos que já existiram desde o início do processo", afirmou Miguel Coelho.

PS/FIGUEIRA DA FOZ PONDERA**MOÇÃO DE CENSURA AO EXECUTIVO CAMARÁRIO E SUSPENSÃO DE MANDATOS**

Se o autarca laranja não retirar as competências do pelouro das obras municipais a dois assessores, os socialistas da Figueira da Foz poderão apresentar uma moção de censura ao executivo camarário. A advertência foi feita, no passado dia 4, pelo presidente da Concelhia do PS, Vítor Cunha, à margem da reunião ordinária do executivo municipal, onde os vereadores socialistas colocaram diversas questões sobre os referidos despachos.

Em causa estão dois documentos, datados de 24 de Outubro, em que o presidente da Câmara, Duarte Silva,

atribui competências "no âmbito das Obras Municipais" (pelouro que detém) ao seu chefe de Gabinete, Lídio Lopes, e a José Elísio, prestador de serviços na autarquia e presidente da Concelhia do PSD.

O PS já tinha contestado, anteriormente, a decisão do autarca, por considerar que foram atribuídas competências a "comissários políticos" e que o pelouro das Obras Municipais "passa, na prática, a ser gerido por duas pessoas não eleitas democraticamente".

Considerando "não esclarecida" a situação com as respostas do edil a

perguntas sobre os citados despachos e os motivos que levaram à retirada do pelouro das Obras Municipais ao vereador Vítor Guedes – que apresentara, entretanto, a demissão do cargo –, a vereadora socialista Natércia Crisanto admitiu que os autarcas do PS "venham a ponderar suspender o mandato".

A decisão de ser apresentada uma moção de censura e de os vereadores socialistas, eventualmente, suspenderem o mandato será tomada após a redistribuição de pelouros que deverá ocorrer em breve.

PS/ALBUFEIRA**MUNICÍPIO "AUTISTA" PROVOCA ATRASOS NO POLIS**

É urgente que se executem as obras de requalificação da cidade previstas pelo programa POLIS, mas o "autismo" da autarquia local laranja provoca atrasos que, para os socialistas de Albufeira, são injustificáveis, pelo que vêm a público denunciá-los.

Em causa está uma proposta de resolução apresentada pelo PS na Assembleia Municipal de 29 de Outubro último, e rejeitada pelo PSD, na qual os socialistas apelavam à rápida execução da requalificação de Albufeira, integrada no Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades. Na proposta de resolução, o PS/Albufeira manifestava a sua preocupação sobre o futuro do Polis, ao considerar

que está bloqueado devido a um conjunto de constrangimentos.

Em comunicado divulgado no dia 30, os socialistas citam, entre outros, a falta de aprovação de um Plano de Actividades e Orçamento para 2003 e da Programação física e financeira relativa às intervenções previstas.

O PS salienta que, embora o presidente da câmara se mostre empenhado em resolver os problemas do município, o PSD representado na Assembleia Municipal "pretere o interesse local perante um interesse instalado no Governo". Os socialistas de Albufeira consideram que os atrasos na execução do Polis, lançado em Dezembro de 2000, que "difícilmente serão recuperados", colo-

cam em causa o aproveitamento pleno dos recursos financeiros atribuídos pelo III Quadro Comunitário, principal fonte de financiamento do programa.

Por outro lado, explicam que a redução do prazo para a execução física das obras – que têm de estar concluídas dentro de dois anos – implicará uma concentração "anormal" de trabalhos no centro e na orla marítima da cidade, gerando prejuízos para a actividade económica da zona.

Segundo os socialistas, a autarquia segue uma "lógica política baseada no exercício cego da maioria" e "prefere fechar os olhos à realidade do que contribuir para resolver os problemas da cidade".

MULHERES SOCIALISTAS EM CAMPANHA CONTRA A VIOLÊNCIA SOBRE AS MULHERES

No Dia Internacional Contra a Violência Contra as Mulheres, 25 de Novembro, o PS juntará a sua voz à daqueles para quem o silêncio é o pior dos flagelos. Assim, no âmbito de uma campanha a nível nacional, organizada pelo DNMS, Ferro Rodrigues e Sónia Furtuzinhos visitarão, nessa terça-feira, de manhã, duas casa-abrigo para vítimas de violência doméstica, localizadas em Lisboa e Setúbal. Pelas 15 horas desse dia, na Assembleia da República, haverá um colóquio que contará com a presença e participação de Inês Pedrosa e Elza Pais.

Entretanto, de norte a sul do País, as federações socialistas distribuirão material informativo alusivo ao tema e serão organizados encontros para debater o problema. Antes, a 22 de Novembro, Sónia Furtuzinhos reunir-se-á, em Aveiro, com todas as presidentes dos departamentos federativos de mulheres do PS, num encontro em que também se abordará este assunto. A fechar as iniciativas, o Secretariado do DNMS promove um encontro com organizações não-governamentais relacionadas com a luta contra a violência doméstica.

PS/BAIXO ALENTEJO CONTRA DISTORÇÃO DA REGIONALIZAÇÃO

A regionalização é um projecto político a concretizar, tendo em vista a descentralização administrativa do País, reafirmam os socialistas do Baixo Alentejo, sublinhando que "as novas formas de associativismo intermunicipal não preenchem nem concretizam aquele designio constitucional". Em comunicado, a Federação do Baixo Alentejo considera que a legislação aprovada pelo Governo "representa uma clara distorção do sentido da regionalização, pelo que não

lhe deve ser dada uma excessiva importância". Além disso, "estas novas formas de associativismo intermunicipal não garantem, à partida, o exercício de competências e os respectivos meios financeiros necessários e suficientes que permitam perspectivar o nível da sua real capacidade de intervenção", refere a Federação socialista, acrescentando que "a proposta do Governo de OE para 2004 aí está para o provar".

EURO 2004

É URGENTE A INTERVENÇÃO DA ALTA AUTORIDADE

A intervenção urgente da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) a propósito de um anúncio televisivo ao Euro 2004 que inclui a frase "Portugal em acção", considerada o "slogan" do Governo PSD/PP, foi pedida pelo deputado socialista Laurentino Dias, num requerimento entregue na Assembleia da República. Laurentino Dias considera que é ilícito o ICEP, responsável pela campanha publicitária, utilizar a imagem gráfica adoptada pelo Executivo de Durão Barroso "para um evento que não é seu,

nem do Governo, mas sim da UEFA e, no caso de Portugal, da Sociedade Euro 2004, SA". "Assim, o Euro 2004 parece uma organização do Governo, e não é", refere o deputado do PS, acrescentando que por isso decidiu solicitar à AACS "a apreciação do conteúdo daquele filme publicitário, na parte em que se insere indevidamente a bandeira nacional e a frase 'Portugal em acção', por tal se mostrar abusivo e enganoso para os cidadãos telespectadores".

SEGURANÇA

VITALINO CANAS RECLAMA MEDIDAS PARA TRAVAR CRIMINALIDADE NOS TRANSPORTES PÚBLICOS

O fortíssimo aumento da criminalidade em transportes públicos, designadamente nos comboios da linha de Sintra da CP, levaram o deputado do PS Vitalino Canas a perguntar ao ministro da Administração Interna se está em condições de "garantir o reforço da segurança dos utentes e dos funcionários daqueles meios de transporte, em articulação com as empresas concessionárias".

Em requerimento entregue na Assembleia da República, Vitalino Canas quer ainda saber se o Ministério da Administração Interna tem "informação estatística actualizada sobre criminalidade ocorrida em transportes públicos, nomeadamente na linha de Sintra", e se dispõe de "um diagnóstico pormenorizado das circunstâncias, motivações e agentes dessa criminalidade".

Por uma Constituição Europeia

Soberania, Globalização e Cidadania

25 de Novembro - 17.30h

Representação da Comissão Europeia
(Largo Jean Monnet, nº 1 - 10º andar)



INTERVENÇÕES:

Dr. Alberto Costa
Deputado do PS

Profª Ana Maria Guerra Martins
Faculdade de Direito de Lisboa

Dr. Nuno Rogeiro
Comentador Político

MODERADOR:
Drª Teresa de Sousa
Jornal "Público"

Entrada Livre

Debates
Socialistas

LENNY MOURA O REFUNDADOR

Ao contrário do que diz Lenny, o Partido Socialista não montou nenhuma cena à custa da saída de Paulo Pedroso, pois quem a encenou foi o sensacionalismo mediático que nem sequer hesitou, em belo estilo paparazzo, em perseguir a viatura do deputado socialista libertado até ao Parlamento. O PS não perdeu qualquer "credibilidade moral" no processo da Casa Pia porque desde a primeira hora se prontificou a pedir o levantamento da imunidade parlamentar para que Paulo Pedroso fosse interrogado pela justiça, com a imediata concordância do próprio.

Lenny Moura é um grande artista plástico que muito tem contribuído para prestigiar Portugal. Mas a sua multifacetada actividade artística não o impede de ser também um "opinion maker", pois publica semanalmente uma crónica sobre a actualidade política num vespertino da capital. As crónicas de Lenny são quase sempre caracterizadas por uma grande moderação política. Sim, porque o grande artista plástico não se identifica com a esquerda *enragée*, mas com a esquerda *soft*, de preferência caviar. Dizemos "quase sempre", porque, repentinamente, sob a influência da sua célebre palavra de ordem "Um dia pegaremos fogo a tudo", também tituiu de uma das suas novelas curtas, extraordinária inovação estilística que anuncia a queda pós-moderna das grandes narrativas, decidiu submeter o PS e a sua direcção política ao fogo purificador da sua prosa política.

Quando Paulo Pedroso foi libertado – afirma Lenny – o secretário-geral do PS montou uma "triste cena na Assembleia da República", transformando em "batalha da sua vida" o "resgate" de "um seu deputado". Nessa batalha incerta contribuiu para que o partido perdesse "credibilidade moral", pois renegou o princípio de que "qualquer político tornado arguido" deveria afastar-se "até esclarecimento cabal dos factos", ao defender "um tratamento excepcional para Paulo Pedroso", que o coloca ao nível dos que "se julgam acima da lei por terem dinheiro ou estatuto". Por fim, o secretário-geral manifestou "um imponderado revanchismo contra o sistema judicial", infligindo um duro golpe "ao muito abalado prestígio do Parlamento". Por conseguinte – defende Lenny – "Ferreiro Rodrigues deveria demitir-se". E como mais vale sair cedo do que tarde e a más horas, conclui que "agora mesmo seria um bom momento".

Ao contrário do que diz Lenny, o Partido Socialista não montou nenhuma cena à custa da saída de Paulo Pedroso, pois quem a encenou foi o sensacionalismo mediático que nem sequer hesitou, em belo estilo *paparazzo*, em perseguir a viatura do deputado socialista libertado até ao Parlamento. O PS não perdeu qualquer "credibilidade moral" no processo da Casa Pia porque desde a primeira hora se prontificou a pedir o levantamento da imunidade parlamentar para que Paulo Pedroso fosse interrogado pela justiça, com a imediata concordância do próprio. O deputado Paulo Pedroso não beneficiou de qualquer estatuto excepcional, já que amargou vários meses de prisão preventiva, na base de indícios considerados infundamentados pelo acórdão do Tribunal da Relação, o que lhe confere o inalienável direito político e mesmo ético de retomar o seu mandato parlamentar, evitando assim a sua morte cívica por alguns tão desejada. Será revanchismo contra o sistema judicial a defesa da honra e dignidade de cidadãos que têm direito à preservação da sua imagem pública, perante as inadmissíveis violações do segredo de justiça perpetradas por algumas fontes judiciais? Será revanchismo denunciar o abuso das escutas telefónicas que põem os direitos, liberdades e garantias de todos constitucionalmente consagrados em perigo?

Lenny tem, porém, razão em considerar que a direcção do PS se tornou refém do processo da Casa Pia. No entanto, não é verdade que o mesmo aconteceria com a direcção política de qualquer outro partido? Resta ao PS não deixar-se arrastar pela actual vaga populista, pois, isso sim, poria definitivamente em causa a sua credibilidade moral e política. Deve por isso, sempre que não estejam em jogo ataques soezes à honra e dignidade de dirigentes que têm direito à autodefesa como qualquer outro cidadão, observar-se um período de silêncio sobre todo este processo. Só assim, o circo mediático, algumas fontes judiciais revanchistas e um punhado de promotores de marchas de todas as cores ficarão a berrar no deserto, enquanto o PS poderá dedicar-se integralmente à construção de uma alternativa a este Governo.

Zeca Afonso numa das suas músicas canta que "o mundo é bola de fogo, mas nem todos ficam a arder". Lenny Moura é, certamente, um deles. Enquanto as direcções do PS passam, ou melhor, ardem, ele, qual Fénix, renasce das cinzas para indicar-nos a via da refundação do socialismo democrático português. A posteridade cognominá-lo-á "Lenny Moura, o Refundador". Quanto ao Partido Socialista, pode ficar descansado, pois, segundo o estirpe de um Lenny, vela pela sua salvação.



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

Opinião

MULHERES SOCIALISTAS DO PORTO

ROSALINA SANTOS É NOVA PRESIDENTE

Rosalina Santos tomou posse, no passado dia 31 de Outubro, como presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas do Porto para um mandato que decorrerá entre 2003 e 2005.

Perante uma sala cheia, Rosalina Santos agradeceu a mobilização das camaradas, no feminino, em torno da sua candidatura, falou da "integração real" das mulheres na vida político-partidária e salientou a necessidade de se concretizar o princípio da paridade. Por seu turno, Sónia Fertuzinhos referiu-se à necessidade das mulheres se excederem nas suas capacidades, num mundo em mudança, aludindo de seguida

ao desemprego no distrito do Porto e ao pouco tempo que as mulheres têm para participar, apelando-lhes, porém, para que se mobilizem para as eleições autárquicas, onde, disse "o seu papel é fundamental", e para as legislativas, "onde o programa do PS tem de ser cumprido".

Presente na cerimónia, o líder da distrital socialista do Porto, Francisco Assis, manifestou preocupação pelo "momento difícil que os socialistas atravessam, quer ao nível nacional, como todos os portugueses, quer ao nível partidário", afirmando de seguida que o século XX foi marcado por muitos contrastes,

embora permitisse a emancipação da mulher e a sua afirmação nas democracias evoluídas.

"Infelizmente, a mulher portuguesa só atingiria essa equiparação em 1974, permitindo-se-lhe, a partir daí, o ingresso na vida política", lembrou o dirigente socialista, para depois elogiar os desempenhos de Sónia Fertuzinhos (presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas) e Alcídia Lopes (a candidata menos votada).

Francisco Assis defendeu ainda que "os socialistas têm de sair dos sectarismos e das disputas internas para se afirmar na luta por valores éticos, sociais e morais".

PS/PORTO QUER OPERAÇÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO NO DISTRITO

A gravíssima situação de crise em que o distrito do Porto se encontra mergulhado, com um aumento exponencial do desemprego, levou os deputados do PS deste círculo eleitoral a proporem a atribuição de uma verba de um milhão de euros ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, tendo em vista a realização de uma operação integrada de desenvolvimento no distrito.

Segundo o deputado socialista Renato Sampaio, essa operação justifica-se pelo facto de o distrito do Porto estar a registar desde o início de 2002 "um forte crescimento dos índices de desemprego".

"Pela sua gravidade, esta situação exige medidas excepcionais que impeçam a progressão negativa que tem vindo a verificar-se e que compromete as poten-

cialidades de desenvolvimento que têm caracterizado o distrito", acrescentou o deputado do PS.

Renato Sampaio defendeu que, no próximo ano, o Governo inicie o estudo de medidas que integrem uma operação integrada de desenvolvimento no distrito, envolvendo os agentes sociais e autárquicos, além dos departamentos estatais da região.

Criticas ao calendário do TGV

Entretanto, a Federação do PS/Porto emitiu um comunicado em que manifesta a sua profunda discordância relativamente ao calendário da construção do comboio de alta velocidade (TGV), porque "vai criar durante anos um

enorme vazio no Norte e Centro do País". Segundo Fernando Jesus, responsável pelo pelouro dos transportes da Federação, os socialistas portugueses "têm as maiores dificuldades em entender o calendário proposto para a construção do TGV", uma vez que a linha mais procurada em Portugal, entre o Porto e Lisboa, "é apenas a terceira prioridade". "A ligação mais importante para o Norte, a que liga Aveiro a Salamanca, é apenas a quarta prioridade, o que faz com que em 2010 quando estiverem concluídas as saídas do TGV por Vigo e Badajoz, o Norte e o Centro sejam um enorme vazio", acrescentou.

A Federação do PS exigiu, por isso, ao Governo "explicações ao País" sobre este calendário que "privilegia o porto de Sines a Sul e o de Vigo a Norte".

PS/AÇORES CONTESTA ENCERRAMENTO DE ESTAÇÕES DE CORREIO

O anunciado encerramento de alguns postos dos Correios na ilha de S. Miguel foi alvo de fortes críticas do PS/Açores, uma medida que considera ir afectar a vida das populações mais isoladas.

Em conferência de Imprensa, o dirigente dos socialistas açorianos, Nuno Amaral, referiu-se ao caso concreto da única estação de correios do Nordeste, o concelho mais afastado da capital da ilha

– Ponta Delgada – ,que presta "um serviço fundamental" à população como o pagamento de "milhares de euros em pensões de idosos".

O PS/Açores afirma que o modelo de privatização dos CTT "não assegura os interesses das populações mais afastadas dos centros urbanos, quer seja no interior do Continente, quer no contexto da insularidade" daquela

região autónoma.

Entretanto, o presidente do Governo açoriano, o socialista Carlos César, já tinha manifestado, em carta enviada ao ministro da Economia, fortes dúvidas relativamente às anunciadas alterações na rede de atendimento dos CTT nas várias localidades das ilhas, mostrando-se muito preocupado com uma eventual "degradação do serviço prestado".

ALFÂNDEGA DA FÉ FARTA DE PROMESSAS

O primeiro-ministro, na abertura do presente ano lectivo, em Alfândega da Fé, veio prometer "uma mão cheia de nada", denunciou o PS local, numa

alusão ao acordo de colaboração então assinado entre o Governo e a câmara, onde eram anunciadas uma série de contrapartidas à reorganização do 1º

ciclo do ensino básico no concelho que não passaram de um "bluff".

É que, sublinham os socialistas em comunicado, no PIDDAC de 2004 para o concelho, afinal, só estão inscritas verbas para a EB 2-3S e nenhuma existe para o centro escolar.

Ainda em relação ao PIDDAC, o PS/

Alfândega da Fé lamenta também que tenha sido retirada a construção do Palácio da Justiça e que o presidente da câmara "seja conivente com esta decisão afirmando que não se justificava esse equipamento no concelho", concluindo que com estas atitudes "o concelho em vez de progredir está a andar para trás".

O PS NUM COLETE-DE-FORÇAS!

1. O secretário-geral do Partido Socialista tem afirmado, nos últimos dias, que as revelações sobre escutas telefónicas, acauteladas (?) em segredo de Justiça, são um atentado à sua pessoa, uma tentativa de assassinio de carácter do líder da oposição e um grave ataque à democracia. Não poderíamos estar mais de acordo. Porém, muitos dos nossos habituais comentadores e analistas políticos vieram ao terreiro da comunicação questionar tais afirmações e, em coro, dar conta de que a democracia está viçosa e se recomenda.

Temos para nós que qualquer processo, como este que o País e o PS vivem, deixa marcas profundas na relação entre os agentes políticos e os cidadãos e faz aumentar, desde logo, o descrédito e a desconfiança na democracia representativa. Mas comungamos também da ideia de que qualquer encadeamento como este, por culpas repartidas entre alguns agentes políticos e alguma Comunicação Social, faz abrandar a capacidade de se fazer oposição, de se apresentarem ideias e propostas, em suma, de se estruturar uma verdadeira alternativa de Governo. O PS e o seu líder, atacados como estão, vêem diminuídas as suas faculdades de afirmação política e reduzidas as possibilidades de comunicação com os portugueses sobre as questões que a estes dizem respeito. A democracia está debilitada.



ASCENSO SIMÕES

2. Os ataques a dirigentes políticos não são de hoje. O mundo mediático em que vivemos não raras vezes se obceca com mais exemplares vendidos no caso da imprensa ou o aumento de "share" no campo da comunicação televisiva. O usar e deitar fora, o sugar até ao tutano e o dissecar até onde ninguém imaginava, são práticas crescentes. Este comportamento não se destina só aos partidos, aos agentes políticos, ou às instituições, sendo alargado às famílias e às pessoas anónimas. Existindo um jornalismo que vive da sensação e uma informação que querendo ser séria se não pode deixar submergir pelo outro, importa que saibamos conviver (combatendo-o) com este poder devorador.

Mas será também importante que nos dêmos conta da existência de movimentos anti-sistema, alguns com instrumentos e meios importantes, que não perdem oportunidades de intervenção numa atitude justicialista e, por vezes, divina. E a somar a isto, importa reparar como a irresponsabilidade e o vale tudo estão a chegar, hoje, aos mais altos e restritos círculos do poder mundial. Há por aí agentes políticos que não têm pejo em rasurar e alterar relatórios de serviços secretos para sustentarem posições pré-definidas, mesmo que sejam as graves decisões de se provocar uma guerra.

Em Portugal casos como o da tentativa de implicação de Mário Soares no processo do faxe de Macau, como o do sangue infectado com o HIV – que manteve Leonor Beleza durante anos em regime de semiclausura política –, ou mesmo o caso das dívidas de Sá Carneiro – cuja fotografia serviu para a emissão de milhares de notas falsas em circulação no momento em que a AD se criava e avançava para a sua primeira maioria –, devem estar na nossa memória e devem levar a que tenhamos sempre presente que, em muitas circunstâncias, o facto de se ser figura pública faz atrair olhares e provoca comportamentos que não se enquadram num Estado de Direito democrático nem cumprem as regras da boa convivência cívica. Urge gladiar tais comportamentos.

3. O tempo que o PS vive é de dificuldade. Ninguém conseguiria passar por este período sem se implicar pessoalmente, afectivamente, neste caso. Por mais frios e calculistas que possamos ser, a forma, o momento e as personalidades envolvidas não deixariam, nunca, margem para outras reacções. Todos sabemos que este decurso teve e terá implicações várias.

Convirá, porém, que este compasso seja um tempo de ensinamento. O partido não poderá deixar de analisar o país e o regime que ajudou a criar ao longo dos últimos 30 anos. Não poderá ter medo de avançar com as medidas concretas para a melhoria do funcionamento do sistema e para um mais amplo sufrágio dos diversos poderes. Mas o Partido Socialista não pode considerar-se a salvo de manobras contra si. Não pode alucinar-se na posição de pai fundador da democracia e, portanto, espaço de inatacabilidade. O PS deve estruturar-se no sentido de garantir os meios necessários, de informação estratégica e de capacidade de acção, que lhe permitam sobreviver em clima de confronto. A unidade de comando, o acesso a informação relevante, a identificação a cada momento dos movimentos de defesa-ataque, a sábia escolha dos protagonistas a cada circunstância e perante cada realidade concreta, são obrigações da direcção nacional do PS.

Este doloroso processo não pode deixar de fazer com que o PS se esforce por ser uma estrutura credível e profissional no espaço da governação e da salvaguarda da democracia. Estamos certos que Eduardo Ferro Rodrigues tem a energia pessoal e a capacidade política para nos surpreender.

Correio dos Leitores

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

CARTA ABERTA AOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Tenho lido e sabido, de ouvir dizer, que tendes reunido. E das vossas reuniões, pareceu-me ter percebido que vos encontrais profundamente divididos em matéria que eu pensava - ingénuo como sou!... - definitivamente assumida pela tradição, pela história e pelo corrente pensar das mulheres e dos homens que continuam a ter orgulho em afirmar-se como Transmontanos e Alto Durienses.

Mas não. Não está assumida essa matéria que parecia à partida tão simples. Não está assumida, porque vós, que seria suposto serem os melhores de todos nós, afinal de contas, pouco mais tendes feito que afirmar as vossas pequenas rivalidades, assentes em protagonismos pouco consequentes. Com toda a sinceridade devo dizer, com frontal clareza, que, nos últimos anos, com muito raras e nobres excepções, não soubestes desenvolver e afirmar uma política que permitisse a definição de estratégias e a concretização de projectos e acções que afirmassem a consciência regional e propiciassem mais e melhor desenvolvimento para Trás-os-Montes e Alto Douro.

E é assim que aqui chegados, quando a lei permite a criação de novas Unidades Territoriais (Comunidades Urbanas, ou Grandes Áreas Metropolitanas, como é de bom e legal tom dizer-se), vos preparais, alegremente - a palavra que aqui gostaria de escrever não é bem esta!... - para dividir a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro em duas (ou três, ainda não percebi bem) Comunidades Urbanas.

Permiti que estranhe que, em matéria de tão grande e séria responsabilidade, para a Região e para os seus actuais e futuros habitantes, queirais decidir já com pressa (que não me parece boa conselheira) e, para cúmulo, decidir sozinhos, como se todos nós nada tivéssemos a ver com as vossas decisões. Quando digo todos nós, refiro-me, em primeiro lugar aos mais de quatrocentos mil que, em Trás-os-Montes e Alto Douro, continuamos teimosamente a querer viver, mas também aos outros muitos milhares, que aqui tendo nascido, labutam nas quatro partidas do País e do Mundo.

[...]

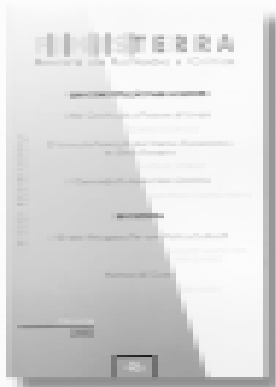
Com que avisada sabedoria fazeis questão de dividir a Região, quando a Norte e a Leste, para lá da raia, se têm afirmado Comunidades Autónomas (a Galiza e Castela/ Leão), com dimensão, estratégias e capacidades de desenvolvimento e afirmação que bem faríamos em estudar e sobretudo imitar?... Porquê dividir Trás-os-Montes e Alto Douro, quando a Sul (distrito de Viseu) e a Ocidente (Distritos do Porto e de Braga) estão em curso tentativas de agregar, em grandes Comunidades ou Áreas Metropolitanas, extensas zonas de território, com pesos demográficos de nos fazer pensar?... Talvez porque sejamos mais inteligentes, vamos dividir a nossa grandeza territorial com a sua magra densidade populacional, para sermos ainda mais pequenos, menos reivindicativos, pobres como sempre temos sido?... Para quê e com que objectivos? [...]

Artur Vaz

Fundador e ex-presidente da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro

A REVISTA DE REFLEXÃO E CRÍTICA DE NOVO NAS BANCAS

O número 46 da revista de reflexão e crítica *Finisterra* já se encontra nas bancas. Este número conta com artigos de Eduardo Lourenço, António Vitorino e Guilherme d'Oliveira Martins que reflectem sobre a actual Constituição europeia. Na secção da revista dedicada à Cultura, Augusto Santos Silva e Manuela Melo tentam responder à questão se *A Direita Portuguesa Tem uma Política Cultural?*, enquanto Lídia Jorge nos brinda com a *História do Coiote*, um belo conto inédito. Para além destes artigos, a *Finisterra*, recolhe contribuições de outros autores sobre temas da actualidade política nacional e internacional, de que se destacam os escritos de Alfredo Margarido sobre a *Indispensabilidade da Esquerda*, e de Joaquim Jorge Veiguinha, que critica as ideologias legitimadoras da invasão e ocupação do Iraque. Este número conta ainda com uma secção dedicada a temas educativos, onde desponta um artigo de Paulo Mendes Pinto sobre *O Lugar da Religião no Ensino*. Uma vez mais a *Finisterra* consegue neste número abarcar uma grande diversidade de temas, manifestando um pluralismo de abordagens capaz de suscitar um amplo debate e reflexão críticas. Revista de referência da esquerda democrática, a *Finisterra* é um exemplo de empenho e persistência no desolador panorama editorial português. Lê-la e assiná-la deveria constituir um desafio para os militantes socialistas.



Ajude esta revista a crescer, tornando-se assinante

Assinatura: anual (quatro números)	Estrangeiro	
Normal 30•	Instituições 42•	Europa 93•
Apoio 48•	Estudantes 15•	Fora da Europa 107•

Considerem-me assinante da «Finisterra» a partir do n.º _____

NOME _____
 MORADA _____
 LOCALIDADE _____ CÓD. POSTAL _____
 CONTACTOS Telef. _____ Fax _____
 E-mail _____

FORMA DE PAGAMENTO :

cheque n.º do Banco
 vale postal n.º _____ numerário _____ , _____

Enviar para : «Finisterra» - Fundação José Fontana. Av. das Descobertas. 17 - 1400-091 LISBOA

A VERDADE SOBRE A POLÍTICA DE PENSÕES DO GOVERNO

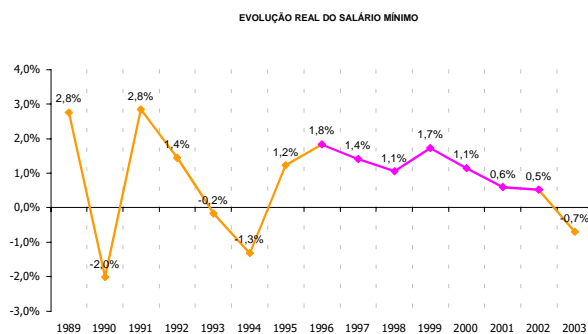
Como se pode constatar no quadro, para as Pensões Mínimas da Pensão Social, das Actividades Agrícolas (RESSAA) e do Regime Geral para carreiras contributivas superiores a 16 anos a convergência para o salário mínimo já feita pelos governos do PS é muito superior às que o Governo de Durão Barroso promete fazer até 2006.

PENSÕES MÍNIMAS							
Salário	1995		2002		CONVERGÊNCIA DAS		
Salário Mínimo Nacional	259,37		348,00				
SMN líquido de TSU	230,84	100%	309,72	100%			
PENSÕES	Nov-95	% SMN	Nov-02	% SMN	Convergência	Objectivo 2006	Convergência
					PS	PSD/CDS	PSD/CDS
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(4)-(2)	(6)	(7)=(6)-(4)
PENSÃO SOCIAL							
Pensão Social < 70 anos	87,29	37,8%	151,44	48,9%	11,1pp	54,3%	5,4pp
Pensão Social = ou > 70 anos	87,29	37,8%	164,61	53,1%	15,3pp	58,5%	5,4pp
PENSÃO DO REGIME							
REGIME GERAL por anos de							
Carreira Contributiva							
Inferior a 15 anos	137,67	59,6%	189,54	61,2%	1,6pp	65,0%	3,8pp
15 e 16 anos	137,67	59,6%	201,36	65,0%	5,4pp	72,5%	7,5pp
19 e 20 anos	137,67	59,6%	213,73	69,0%	9,4pp	72,5%	3,5pp
25 e 26 anos	137,67	59,6%	232,34	75,0%	15,4pp	80,0%	5,0pp
29 e 30 anos	137,67	59,6%	244,71	79,0%	19,4pp	80,0%	1,0pp
35 anos	137,67	59,6%	275,74	89,0%	29,4pp	100,0%	11,0pp
40 e mais anos	137,67	59,6%	309,75	100,0%	40,4pp	100,0%	0,0pp

SMN - Salário Mínimo Nacional; TSU - Taxa Social Única; pp - pontos percentuais

Apenas uma pequena parte das Pensões Mínimas serão, em 2006, iguais ao Salário Mínimo. E o ritmo de aproximação que o Governo promete representa, para a maioria dos pensionistas, um recuo na aproximação das Pensões Mínimas ao Salário Mínimo.

Mas ainda há uma outra diferença substancial: entre 1995 e 2002 a convergência foi realizada com o Salário Mínimo a crescer sempre acima da inflação enquanto que o Governo da direita já deu o sinal em 2003: um salário mínimo a diminuir em termos reais.



PARE, AGORA!

**O SILÊNCIO
É A PIOR DAS
VIOLÊNCIAS.**

**Dia 25 de Novembro.
Dia Internacional Contra a Violência
Contra as Mulheres.**

Uma em cada duas mulheres portuguesas está a sofrer calada algum tipo de violência. Só 1% pede ajuda. Os números deste silêncio são impressionantes e precisam ter um fim.

**A violência contra as mulheres é um crime público.
Denuncie-o.**

Mulheres
Socialistas

Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaosocialista@ps.pt

www.p.s.pt / accao